

EPR Participações S.A.

CNPJ nº 48.803.906/0001-70

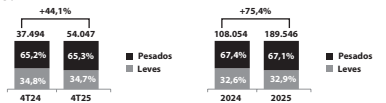
Relatório da Administração 2025

São Paulo (SP), 23 de março de 2026 – A EPR Participações S.A. (“Companhia” ou “EPR”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Grupo EPR:** A EPR Participações S.A. (“EPR ou Grupo EPR”), é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A Companhia é resultado da união entre a expertise em gestão de ativos regulados em infraestrutura com experiência técnica e operacional da Equipav, com mais de 60 anos de atuação, e a capacidade de estruturação financeira da Perfin Infra, gestora de fundos com R\$ 15 bilhões em ativos. O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguacu (sociedades de propósito específico), administra, respectivamente, três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná. Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do lote 4 do estado do Paraná. A EPR Paraná firmou contrato de concessão no 1º trimestre de 2026. **Mensagem do Diretor Presidente:** Em 2025, a EPR consolidou-se como uma das mais relevantes operadoras de concessões rodoviárias do país, finalizando o ano com três ativos localizados no estado do Paraná, a EPR Litoral Pioneiro, a EPR Iguacu e a nova EPR Paraná (Lote 4, leilão de outubro); e quatro ativos localizados no estado de Minas Gerais, a EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café e EPR Via Mineira. Ao longo do ano, as concessionárias se dedicaram à requalificação das rodovias, prestando serviços de excelência. Em 2025, foram concluídos e homologados os trabalhos iniciais da EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira e EPR Litoral Pioneiro, dando início à fase de recuperação - 2ª etapa dos respectivos Programas de Exploração da Rodovia (“PER”). Foram realizados R\$ 1,4 bilhões de investimentos em 2025. Terminamos o ano de 2025 com uma receita líquida de pedágio no valor de R\$ 2,3 bilhões, refletindo um tráfego de 189,5 milhões de eixos equivalentes. O EBITDA do período foi de R\$ 1,7 bilhões com uma margem EBITDA de 74,5%, levando a um Lucro Líquido de R\$ 1,0 bilhão. Destaque também para a captação da EPR Iguacu de R\$ 9,2 bilhões junto ao BNDES. O financiamento foi estruturado por meio da 2ª emissão de debêntures da EPR Iguacu, composta por oito séries, totalizando R\$ 8,6 bilhões, a maior contratação de debêntures de 2025 no país, além de R\$ 605 milhões provenientes da linha FINEM. Estes recursos serão destinados para os investimentos de expansão e modernização da infraestrutura do sistema rodoviário concedido. Seguindo com o compromisso de promover rodovias mais seguras, as concessionárias da EPR mantiveram diálogo e escuta ativa com a sociedade, comunidades locais e usuários, identificando as principais necessidades e prestando contas sobre os avanços realizados. Destaque para o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR, em promover ações como educação para o comportamento seguro dos usuários, uso adequado da infraestrutura, incentivo a manutenção preventiva de veículos e preservação da vida, reforçando a segurança viária. Para 2026, a EPR seguirá comprometida com a excelência na prestação de serviços aos usuários e com a realização de investimentos consistentes na modernização das rodovias, atuando com transparência e diálogo constante com a sociedade, promovendo mais fluidez e segurança nas rodovias. **José Carlos Cassaniga. Destaques de 2025: Operacional e Regulatório:** O Grupo EPR realizou mais de 383 mil atendimentos aos usuários e inspeções ao longo do ano de 2025. O Centro de Controle Operacional (CCO) das concessionárias funciona 24 horas por dia, coordenando equipes de inspeção e socorro que patrulham as rodovias continuamente. As equipes estão distribuídas em bases operacionais estrategicamente posicionadas, garantindo um rápido tempo de resposta em emergências. A infraestrutura oferecida inclui ambulâncias, guinchos leves e pesados, caminhos de combate a incêndio e veículos para apreensão de animais, proporcionando uma ampla gama de serviços para os usuários das rodovias.

Atendimentos	2025	2024	Var. %
Socorro Médico	33.073	16.670	98,4%
Socorro Mecânico	107.601	60.920	76,6%
Atendimento (pipa + boiadeiro)	18.653	9.737	91,6%
Inspeções	224.603	102.994	118,1%
<b>Total</b>	<b>383.930</b>	<b>190.321</b>	<b>101,7%</b>

O aumento no número de atendimentos e inspeções de 2025, em comparação ao ano de 2024 ocorre porque, é considerada a contabilização do ano completo da EPR Vias do Café, EPR Litoral Pioneiro e EPR Via Mineira. Houve também o início das operações da EPR Iguacu, em 16 de maio de 2025, o que contribuiu também para a elevação do total de atendimentos. **EPR Triângulo:** Em 05 de fevereiro de 2025, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão entre a EPR Triângulo e a Secretaria do Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais (“SEINFRA”), poder concedente, no qual ficou suspensa a obrigação de pagamento do compromisso devido ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes (“FUNTRANS”) até 30 de novembro de 2025. A suspensão se deu em razão do interesse das partes em avaliar as adequações necessárias no PER. Em 28 de fevereiro de 2025, a EPR Triângulo, conforme previsão contratual, teve homologada a entrega do escopo de serviços iniciais, dando início ao escopo de recuperação. Em 22 de outubro de 2025, conforme deliberação da Agência Reguladora de Transporte do Estado de Minas Gerais (“ARTEMIG”), sucessora da SEINFRA nos contratos de concessão do Estado de Minas Gerais, a EPR Triângulo reajustou em 5,26% as tarifas de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão. **EPR Sul de Minas:** Em fevereiro de 2025, a EPR Sul de Minas teve homologada a entrega dos serviços iniciais, dando início em março de 2025 ao escopo de recuperação, conforme previsto no PER. Em 9 de outubro de 2025, conforme deliberação da ARTEMIG, a EPR Sul de Minas reajustou em 5,21% as tarifas de pedágio, este reajuste faz parte da revisão contratual anual conforme definido em contrato de concessão. Em 23 de outubro de 2025, a EPR Sul de Minas recebeu o montante de R\$ 3,3 milhões da ARTEMIG, via liberação de recurso vinculado, correspondente ao ano de 2024. Sendo R\$ 3,0 milhões referente ao Desconto ao Usuário Frequente (“DUF”) excedente, e R\$ 0,3 milhões referente à atualização monetária. Em novembro de 2025, a EPR Sul de Minas recebeu valores de contraprestação financeira, conforme previsto no contrato de concessão, em decorrência da conclusão de marcos de desempenho. Os montantes recebidos foram no valor total de R\$ 165,8 milhões, sendo que R\$ 68 milhões se referem às entregas do ano 3, no valor total de R\$ 90 milhões, cujo recebimento estava originalmente previsto apenas para o ano de 2026. **EPR Vias do Café:** Em 26 de julho de 2025, foi aplicado à EPR Vias do Café o reajuste tarifário anual, conforme deliberação da SEINFRA, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 12 de julho de 2025. A nova tarifa básica de pedágio é no valor de R\$ 15,00. Em 23 de outubro de 2025, a EPR Vias do Café concluiu o escopo de serviços iniciais, conforme previsto no PER, dando início ao escopo de recuperação. **EPR Litoral Pioneiro:** Em 14 de março de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação nas praças de pedágio de Senegés (rodovia PR-151, km 185) e Siqueira Campos (rodovia PR-092, km 287). A abertura dessas praças foi autorizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) após a entrega das obras iniciais, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2025, conforme previsto no contrato de concessão. Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à EPR Litoral Pioneiro o reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. A nova tarifa mínima de pedágio será no valor de R\$ 13,07. **EPR Via Mineira:** Em outubro de 2025, a EPR Via Mineira concluiu a etapa de serviços iniciais, iniciando o escopo de recuperação conforme o PER. A EPR Via Mineira, recebeu no dia 13 de outubro de 2025, o montante de R\$ 3,1 milhões via liberação de recurso vinculado, referente ao DUF, correspondente ao período de agosto de 2024 a agosto de 2025. A partir desse recebimento, que marca a conclusão do primeiro ano da concessão, as compensações de DUF passam a ocorrer mensalmente. **Investimentos Consolidados:** O Grupo EPR realizou R\$ 1,4 bilhões de investimentos em infraestrutura em construção, imobilizado e intangível no ano de 2025. Os principais investimentos foram direcionados a obras relacionadas ao PER das concessionárias, com ênfase nas melhorias iniciais, que incluem pavimentação, sinalização, drenagem, praças de pedágio, bases operacionais e serviços essenciais para os usuários, melhorando a segurança viária e a fluidez do tráfego. **Financeiro:** A EPR em 2025, se consolidou como uma das mais relevantes operadoras de concessões rodoviárias do país, operando seis rodovias já com pedágios em funcionamento e tendo ganho o Lote 4 do Paraná. Essa mudança de patamar se reflete em números: - Receitas de prestação de serviços de R\$ 2,5 bilhões no exercício findo em 2025 e R\$ 1,3 bilhões em 2024 - EBITDA de R\$ 1,7 bilhões em 2025 - A margem EBITDA do ano fecha em 74,5% - Investimentos consolidados de R\$ 1,4 bilhões realizados em 2025 - Maior debênture de 2025 contratada junto ao BNDES para a EPR Iguacu no valor total de R\$ 8,6 bilhões e FINEM de R\$ 600 milhões - Mais de 383 mil atendimentos e inspeções em 2025, a EPR Via Mineira e a EPR Iguacu obtiveram o registro de emissor - categoria B, concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Sendo assim, os seis ativos do Grupo EPR possuem o registro de emissor - categoria B, conforme previsto nos contratos de concessão. **Programa de Integridade EPR:** O Código de Conduta e Política de Compliance do Grupo EPR (“Grupo EPR” e “Políticas”, respectivamente), foram revisadas, criadas e lançadas com as seguintes políticas de integridade vigentes: (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes, Presentes, Entertimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações, Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais; (x) Política de Auditoria Interna; (xi) Política de Alçadas; (xii) Política de Proteção de Dados; (xiii) Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias; (xiv) Diretriz Corporativa de Doações, Patrocínio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio; (xv) Diretriz Corporativa do Monitoramento do Programa de Integridade; (xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e (xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parceiros de Negócios. As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei n.º 12.846, de 2013 e Decreto n.º 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto n.º 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacional e internacionais. Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de integridade e auditoria interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de onboarding de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para Doação e Patrocínios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de integridade, também com foco em responsabilidade socio-

ambiental, em todos os contratos firmados com Parceiros de Negócio. O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24h, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia de anonimato e sigilo. Para a sua condução a área de Integridade conduz, gerencia e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR. **Sustentabilidade:** O Grupo EPR estabelece diretrizes para o desenvolvimento de programas sustentáveis e sociais, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes das suas operações no sistema rodoviário. A implementação do Sistema de Gestão Integrada (SGI), através de auditorias internas, garante que todos os colaboradores estejam alinhados em torno de um mesmo propósito, com objetivos, ações, comprometimento, proporcionando eficiência operacional e conformidade legal, com o meio ambiente e sociedade. A EPR Triângulo, a EPR Sul de Minas e a EPR Litoral Pioneiro obtiveram em 2025 as certificações ABNT NBR ISO 9001 - gestão da qualidade, ABNT NBR ISO 14001 - gestão ambiental e ABNT NBR ISO 45001 - gestão de saúde e segurança do trabalho, além destas certificações a EPR Litoral Pioneiro obteve a ABNT NBR ISO 39001, voltado a gestão de segurança viária, concedida pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR). Estas conquistas atestam que as Companhias do Grupo EPR, atuam em conformidade com os mais elevados padrões internacionais, reforçando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, a sustentabilidade e o bem-estar dos colaboradores, parceiros e usuários. Em 2025 foram realizadas diversas campanhas sociais, educativas e ambientais. Entre as iniciativas destacadas, foram o Maio Amarelo, o objetivo foi promover a conscientização e incentivar comportamentos mais seguros nas estradas. Junho Verde, um mês dedicado à conscientização sobre preservação ambiental e sustentabilidade. As Romarias na EPR Triângulo e EPR Vias do Café, tradicionalmente conhecidas, reforçam o compromisso da EPR em oferecer uma rodovia segura e garantir maior fluidez para todos os usuários. A EPR Triângulo firmou uma parceria com a BYD para transformação das rodovias, eletrificando 100% da frota da concessionária com 38 veículos leves para inspeção e administrativo. A iniciativa inclui carregadores próprios e prevê disponibilizar a infraestrutura para usuários em mais de 600 km e reduzindo cerca de 300 toneladas de emissão de CO2 anuais. Destaque para o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que busca estimular comportamentos seguros e responsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. **Recursos Humanos:** Em 2025, o Grupo EPR registrou 2.096 empregos diretos nas regiões das concessões. O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. **Desenvolvimento econômico dos municípios:** A EPR, no ano de 2025, repassou R\$ 113 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. **Eventos subsequentes: EPR Triângulo:** Em fevereiro de 2026, a ARTEMIG e a EPR Triângulo, oficializaram uma reformulação estratégica ao contrato de concessão. Esta reformulação transforma a última parcela do valor da outorga a ser paga, por novos investimentos no trecho da BR-365 entre Uberlândia e Patrocínio, permitindo a antecipação de obras e a ampliação da duplicação prevista no PER. **EPR Via Mineira:** Em janeiro de 2026, a EPR Via Mineira realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 1,2 bilhão, distribuídas em três séries, com vencimento em julho de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,45% ao ano. Ainda em janeiro foram integralizadas duas séries das debêntures no valor total de R\$ 500 milhões. **EPR Paraná e Infra PR Lote 4:** Em janeiro de 2026, a EPR Paraná e sua controladora direta EPR Infra PR Lote 4 receberam, respectivamente, R\$ 550 milhões e R\$ 300 milhões relacionados às primeiras séries das suas 1ªs emissões de debêntures, que possuem vencimento em janeiro de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,75% ao ano. **EPR Iguacu e Infra PR Lote 6:** Em janeiro de 2026, a EPR Iguacu e sua controladora direta EPR Infra PR Lote 6 receberam, respectivamente, R\$ 80 milhões e R\$ 180 milhões relacionados às segundas séries das suas 1ªs emissões de debêntures, que possuem vencimento em fevereiro de 2028 e taxa de juros de CDI + 1,84% ao ano. **Desempenho EPR: Tráfego:** O tráfego mensal em eixos equivalentes teve a seguinte distribuição entre leves e pesados em 2025:



O tráfego acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 189,5 milhões de eixos equivalentes, sendo 62,3 milhões de veículos leves e 127,3 milhões de veículos pesados. O aumento do tráfego de 2025, em comparação ao ano de 2024, decorre principalmente da contabilização do ano completo da EPR Vias do Café, EPR Litoral Pioneiro e EPR Via Mineira. Houve também o início da arrecadação de pedágio na EPR Iguacu, em 28 de junho de 2025.

Tráfego em milhares de eixos equivalentes	4725	4724	Var. %	2025	2024	Var. %
Leves	18.753	13.031	43,9%	62.279	35.273	76,6%
Pesados	35.294	24.464	44,3%	127.267	72.781	74,9%
<b>Total</b>	<b>54.047</b>	<b>37.494</b>	<b>44,1%</b>	<b>189.546</b>	<b>108.054</b>	<b>75,4%</b>

**Recursos:** Em 2024 estavam operacionais as concessionárias: EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Litoral Pioneiro e EPR Via Mineira. A EPR Iguacu foi constituída em 18 de outubro de 2024 e o início da arrecadação de pedágio desta concessionária foi em 28 de junho de 2025.

Recursos (R\$ mil)	2025	2024	Var. %
<b>Recursos Brutos</b>	<b>3.882.973</b>	<b>2.653.768</b>	<b>46,3%</b>
Recursos de serviços prestados	2.456.042	1.336.466	83,8%
Recursos de serviços de construção	1.426.572	1.317.235	8,3%
Recursos acessórios	359	67	435,8%
Tributos sobre receita de serviços prestados	(205.313)	(113.434)	81,0%
<b>Recursos Líquidos</b>	<b>3.677.660</b>	<b>2.540.334</b>	<b>44,8%</b>
Recursos de serviços de construção	(1.426.572)	(1.317.235)	8,3%
<b>Recursos Líquidos Ajustados</b>	<b>2.251.088</b>	<b>1.223.099</b>	<b>84,0%</b>

A receita com serviços prestados foi de R\$ 2,5 bilhões no exercício findo em 2025 e R\$ 1,3 bilhão em 2024. A receita líquida totalizou R\$ 3,7 bilhões em 2025 e R\$ 2,5 bilhões em 2024. A receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R\$ 2,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, 77,5% (68,7% em 2024) da arrecadação foi pela modalidade AVI (tag). **Custos Operacionais e Despesas Administrativas:**

Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	2025	2024
Custos e serviços de construção	(1.349.385)	(1.259.458)
Serviços de terceiros	(342.161)	(165.223)
Com pessoal	(168.886)	(108.615)
Depreciação e amortização	(85.318)	(46.444)
Custo de concessão	(69.548)	(40.819)
Combustíveis e lubrificantes	(21.341)	(14.674)
Seguros e garantias	(21.532)	(16.235)
Aluguéis	(7.944)	(20.546)
Perda de arrecadação	(998)	(5.916)
Contribuições e doações	(11.386)	-
Outros	(47.455)	(42.301)
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(2.125.954)</b>	<b>(1.720.231)</b>

No exercício social de 2025, quando comparado com o exercício de 2024, tem-se um incremento nas rubricas de Custos e Despesas em função principalmente dos gastos com serviços de terceiros, combustíveis e lubrificantes, com pessoal dedicado à operação das concessionárias. A redução da rubrica de Aluguéis no consolidado, quando comparado ao exercício social de 2024, é referente a contratação de geradores de energia pela EPR Triângulo e EPR Sul de Minas temporariamente em 2024, até a ligação definitiva da energia elétrica nas edificações. **EBITDA:** O EBITDA totalizou R\$ 1,7 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com margem EBITDA de 74,5%.

EBITDA (R\$ mil)	Consolidado		Var. %
	2025	2024	
Receita Líquida Ajustada	2.251.088	1.223.099	84,0%
Receita de construção	1.426.572	1.317.235	8,3%
Custos operacionais	(499.614)	(323.362)	54,5%
Despesas operacionais	(276.955)	(137.411)	101,6%
Outras receitas e despesas	40.137	34.219	17,3%
Custos de construção	(1.349.385)	(1.259.458)	7,1%
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(736.432)	(426.554)	72,6%
<b>EBIT</b>	<b>1.591.843</b>	<b>854.322</b>	<b>86,3%</b>
Depreciação e amortização	85.318	46.444	83,7%
<b>EBITDA</b>	<b>1.677.161</b>	<b>900.766</b>	<b>86,2%</b>
Margem EBITDA	74,5%	73,6%	-

Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

Lucro (Prejuízo) do exercício	Consolidado		Var. %
	2025	2024	
(+) IR e CS - correntes e diferidos	499.208	258.714	93,0%
(-) Resultado financeiro	68.137	85.667	-20,5%
(+) Depreciação e amortização	85.318	46.444	83,7%
<b>EBITDA</b>	<b>1.677.161</b>	<b>900.766</b>	<b>86,2%</b>

Resultado Financeiro:	Consolidado	
	2025	2024
<b>Resultado Financeiro (R\$ mil)</b>	<b>390.694</b>	<b>155.986</b>
Receitas Financeiras	383.928	148.266
Atualização monetária de impostos	5.716	-
Juros sobre ativos financeiros	-	405
Atualização monetária de recebimento DUF	594	-
Outras receitas financeiras	-	6.642
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(458.831)</b>	<b>(241.653)</b>
Juros sobre debêntures e notas comerciais	(259.932)	(180.899)
Atualização monetária de debêntures	(103.149)	-
Impostos sobre receitas financeiras	(26.198)	(9.315)
Amortização dos custos de captação	(24.878)	(17.156)
Ajuste a valor presente	(19.258)	(18.145)
Encargos financeiros	(6.075)	(1.453)
Atualização monetária de passivo de delegação de serviços públicos	(2.710)	(2.914)
Comissões e despesas financeiras	(4.431)	-
Outras despesas financeiras	(12.200)	(11.771)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(68.137)</b>	<b>(85.667)</b>

O resultado financeiro líquido consolidado foi de -R\$ 68,1 milhões em 2025. Este valor se deve principalmente ao incremento dos juros sobre debêntures e notas comerciais e atualização monetária sobre as debêntures, atreladas ao IPCA, considerado o aumento do endividamento bruto. **Endividamento:**

Endividamento (R\$ mil)	Quantidade	Taxas	Contratuais	Vencimento	2025	
					2024	2024
<b>EPR Triângulo</b>						
2ª emissão debêntures série única	1.300.000	IPCA + 7,32%	ago-41	1.416.901	1.353.064	-
<b>EPR Sul de Minas</b>						
2ª emissão debêntures série única	500.000	IPCA + 8,16%	out-44	534.015	507.868	-
<b>EPR Vias do Café</b>						
1ª emissão debêntures série única	350.000	CDI + 3,40%	abr-26	-	414.541	-
2ª emissão debêntures série única	800.000	CDI + 8,47%	mar-41	873.678	-	-
<b>EPR Litoral Pioneiro</b>						
1ª emissão debêntures 2ª série	450.000	IPCA + 7,62%	mar-49	456.787	-	-
2ª emissão debêntures série única	450.000	IPCA + 8,20%	mar-49	457.800	-	-
<b>EPR Infraestrutura PR</b>						
1ª emissão debêntures 1ª série	250.000	CDI + 2,75%	dez-26	-	188.559	-
<b>EPR Infraestrutura MG</b>						
1ª emissão notas comerciais série única	120.000	CDI + 2,50%	jun-27	-	128.307	-
2ª emissão notas comerciais série única	120.000	CDI + 2,50%	jun-27	82.081	-	-
<b>EPR Iguacu</b>						
1ª emissão debêntures 1ª série	400.000	CDI + 1,84%	fev-28	446.696	-	-
<b>EPR Infraestrutura Lote 6</b>						
1ª emissão debêntures 1ª série	270.000	CDI + 1,84%	fev-28	306.693	-	-
<b>Total Debêntures</b>						<b>4.574.651</b>
Arrendamento mercantil						166.892
<b>Caixa</b>						<b>(2.066.292)</b>
<b>Aplicações financeiras</b>						<b>(1.429.036)</b>
<b>Dívida Líquida</b>						<b>1.246.215</b>

EPR Participações S.A.														
Demonstração do resultado (em R\$ mil)														
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Resultado financeiro</b>														
Receitas financeiras	1.483	98	390.694	155.986			100.738	71.135						
Despesas financeiras	(425)	(28)	(458.831)	(241.653)			(431.432)	15.014						
<b>Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>625.838</b>	<b>200.202</b>	<b>1.523.706</b>	<b>768.655</b>			<b>24.613</b>	<b>25.940</b>	<b>1.049.089</b>	<b>643.029</b>				
<b>IRPJ e CSLL</b>														
Correntes	-	-	(419.037)	(206.491)			-	4.355.808	2.375.312			(35)	(14.129)	
Diferidos	-	-	(80.171)	(52.223)			18.174	1.660	125.117	97.000			(350)	31
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>625.838</b>	<b>200.202</b>	<b>1.024.498</b>	<b>509.941</b>			-	257	-	-			(458)	416
<b>Lucro por ação básico e diluído - R\$</b>	<b>1,2168</b>	<b>0,6664</b>	<b>1,2168</b>	<b>0,6664</b>			-	61.621	33.952	33.952			-	-
<b>Balanco Patrimonial:</b>														
<b>Ativo</b>														
<b>Circulante</b>														
Caixa e equivalentes de caixa	15.083	35	2.066.292	1.792.630										
Aplicações financeiras	-	-	1.429.036	-										
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	55.242	36.873										
Contas a receber	-	-	177.510	101.864										
Valores a receber do poder concedente	-	-	18.016	8.177										
Recursos vinculados	-	-	14.328	-										
Ativo financeiro	-	-	7.423	-										
Dividendos a receber	128.788	13.266	-	-			98.725	-	98.725	94.612			4.173	1.363
Impostos a recuperar	378	31	43.926	48.169			-	-	-	-			(1.162)	2.552
Adiantamentos a fornecedores	976	518	8.545	27.546			518	10.162	-	-			387	94
Custos de captação de dívida antecipados	-	-	764	-			-	-	20.434	124			-	-
Outros ativos	26	-	10.421	4.384			-	-	690	-			(1.950)	1.950
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>145.251</b>	<b>13.850</b>	<b>3.831.503</b>	<b>2.019.643</b>			<b>117.417</b>	<b>11.822</b>	<b>4.795.801</b>	<b>2.651.960</b>			<b>16.198</b>	<b>(16.647)</b>
<b>Não circulante</b>														
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	237.583	60.700										
Valores a receber do poder concedente	-	-	-	6.872										
Recursos vinculados	-	-	61.618	33.250										
Partes relacionadas	19.916	19.880	-	-										
Dividendos a receber	-	-	4.980	-										
Impostos a recuperar	3	-	21.757	-										
Custos de captação de dívida antecipados	-	-	53.239	-										
Depósitos judiciais	-	-	20.387	90										
Irpf e csls diferidos	-	-	5.237	3.219										
Outros ativos	-	-	448	41										
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>19.919</b>	<b>24.860</b>	<b>400.269</b>	<b>104.172</b>										
Investimentos	1.188.164	564.367	-	-										
Direito de uso em arrendamento	25.582	2.041	159.305	118.955										
Imobilizado	3.100	1.041	65.214	22.320										
Infraestrutura em construção	-	-	869.941	1.049.832										
Intangível	198	8	2.525.330	1.105.548										
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>1.236.963</b>	<b>592.317</b>	<b>4.020.059</b>	<b>2.400.827</b>										
<b>Total dos ativos</b>	<b>1.382.214</b>	<b>606.167</b>	<b>7.851.561</b>	<b>4.420.470</b>										
<b>Passivo</b>														
<b>Circulante</b>														
Fornecedores	6.044	1.871	307.526	283.452										
Debêntures e notas comerciais	-	-	50.831	124.616										
Arrendamento mercantil a pagar	3.052	467	41.775	26.682										
Obrigações sociais	15.035	8.732	55.018	30.847										
Obrigações fiscais	482	95	61.464	91.248										
Partes relacionadas	-	-	-	-										
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>24.613</b>	<b>25.940</b>	<b>1.049.089</b>	<b>643.029</b>										
<b>Não circulante</b>														
Debêntures e notas comerciais	24	-	4.355.808	2.375.312										
Arrendamento mercantil a pagar	18.174	1.660	125.117	97.000										
Obrigações fiscais	26	-	257	-										
Credores pela concessão	27	-	61.621	33.952										
Dividendos a pagar	22	-	98.725	94.612										
Outros passivos	98.725	-	133.149	50.960										
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>117.417</b>	<b>11.822</b>	<b>4.795.801</b>	<b>2.651.960</b>										
<b>Total dos passivos</b>	<b>142.030</b>	<b>37.762</b>	<b>5.844.890</b>	<b>3.294.989</b>										
<b>Patrimônio líquido</b>														
Capital social	73.164	71.514	73.164	71.514										
Reserva de capital	477.908	314.558	477.908	314.558										
Reserva de lucros	689.112	182.333	689.112	182.333										
<b>Total do patrimônio líquido controladores</b>	<b>1.240.184</b>	<b>568.405</b>	<b>1.240.184</b>	<b>568.405</b>										
Participação de não controladores	-	-	766.487	557.076										
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.240.184</b>	<b>568.405</b>	<b>2.006.671</b>	<b>1.125.481</b>										
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>1.382.214</b>	<b>606.167</b>	<b>7.851.561</b>	<b>4.420.470</b>										
<b>Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil):</b>														
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>														
Lucro antes dos tributos	625.838	200.202	1.523.706	768.655										
Ajustes de:														
Equivalência patrimonial	(618.890)	(215.489)	-	-										
Juros e atualização monetária de debêntures e notas comerciais	-	-	363.081	180.899										
Amortização dos custos de captação de debêntures e notas comerciais	-	-	24.878	17.156										
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	199	18	18.410	11.329										
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos	-	-	848	6.816										
Atualização monetária de ressarcimento regulatório	-	-	-	(540)										
Atualização monetária de ativo de delegação de serviços públicos	-	-	2.710	2.914										
Ganho de ressarcimento regulatório	-	-	-	(22.508)										
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	(180.523)	(1.802)										
Credores pela concessão	-	-	-	37.251										
Atualização monetária de duf	-	-	(594)	-										
Atualização monetária de impostos	1.007	165	85.318	46.444										
Depreciação e amortização	-	-	63.245	6.915										
Provisão de recursos vinculados	-	-	6.915	-										
Provisão de banda contratual	-	-	7.465	6.180										
Provisão para participação nos lucros	-	-	15.813	14.380										
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	337	123										
Perdas de arrecadação	-	-	998	5.916										
Resultado na baixa de ativos intangíveis	-	-	22	-										
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	-	-	(205)	-										
<b>Total do fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>625.838</b>	<b>200.202</b>	<b>1.523.706</b>	<b>768.655</b>										
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>														
Aumento de capital social em controladas	(181.155)	(27.500)	-	-										
Aquisição de participação de não controladores	(72.150)	(65.137)	(72.150)	(65.137)										
Alteração de participação societária	16.100	-	16.100	-										
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	78.885	-	-	-										
Sinistro de ativos intangíveis	-	-	-	36.235										
Pagamento de ativo de delegação de serviços públicos	-	-	-	(140.755)										
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	-	(1.319.969)	(1.066.850)										
Aquisições de itens de intangível	(153)	-	(2.461)	(11.526)										
Aquisições de itens de imobilizado	(2.390)	(1.058)	(48.232)	(15.368)										
Reembolso do poder concedente	-	-	165.834	200.463										
Aplicações financeiras	-	-	(1.443.765)	(95.771)										
Recursos vinculados	-	-	(36.519)	(33.058)										
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<b>(160.863)</b>	<b>(93.695)</b>	<b>(2.741.162)</b>	<b>(1.191.767)</b>										
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>														
Aumento de capital social e reserva de capital	165.000	96.637	368.845	124.136										
Custos de captação de debênt														

EPR Participações S.A.										DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Controladora	Atividade principal	Contrato de concessão	Data do término da concessão	Início da cobrança de pedágio	31/12/2025		31/12/2024		Controladora 2024		Consolidado 2024		
					Direta	Indireta	Direta	Indireta	Nota	2025 (Reapresentado)	2025 (Reapresentado)	2025 (Reapresentado)	
Concessionária Rodovias do Triângulo SPES S.A. (i)	Concessão de rodovias	003/2022	Fev/53	28/10/2023	53,42%	-	-	-	-	-	-	-	
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (ii)	Concessão de rodovias	004/2022	Mar/53	09/10/2023	50,00%	-	-	-	-	-	-	-	
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (iii)	Concessão de rodovias	005/2022	Out/53	26/07/2024	62,77%	-	-	-	-	-	-	-	
EPR Infraestrutura PR S.A. (iv)	Holding	-	-	-	56,64%	-	-	-	-	-	-	-	
EPR Litoral Pioneiro S.A. (v)	Concessão de rodovias	002/2023	Fev/54	23/03/2024	-	56,64%	-	-	-	-	-	-	
EPR Infraestrutura MG S.A. (vi)	Holding	-	-	-	25,05%	-	-	-	-	-	-	-	
EPR Via Mineira S.A. (vii)	Concessão de rodovias	004/2023	Ago/54	06/08/2024	-	25,05%	-	-	-	-	-	-	
EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (viii)	Holding	-	-	-	75,00%	-	-	-	-	-	-	-	
EPR Iguaçu S.A. (ix)	Concessão de rodovias	005/2024	Mai/55	28/06/2025	-	75,00%	99%	-	-	-	-	-	
EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. (x)	Holding	-	-	-	75,00%	-	-	-	-	-	-	-	
EPR Paraná S.A. (xi)	Concessão de rodovias	-	-	-	75,00%	-	-	-	-	-	-	-	
EPR Engenharia S.O. S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.) (xii)	Gerenciamento de obras	-	-	-	100%	-	100%	-	-	-	-	-	
<p>A principal fonte de receita do Grupo ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio. (i) Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. ("Triângulo"), constituída em 13 de setembro de 2022, a controlada tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Triângulo Mineiro", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 24 de fevereiro de 2023. A controlada Triângulo é responsável pela operação e manutenção de 627 km do trecho das rodovias formada por 9 rodovias que passam por 16 municípios mineiros, e contam com 8 praças de pedágios. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 6 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. No contexto da exploração do sistema rodoviário a controlada assumiu o compromisso de pagar ao Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transporte - FUNTRANS o montante de R\$ 446.680 (valor original) pela delegação dos serviços públicos. Os pagamentos dos compromissos foram divididos em três parcelas, sendo: i) No ato da eficácia da concessão, sendo realizado pagamento no montante R\$ 288.295 em fevereiro de 2023; ii) Até o décimo segundo mês de concessão, contado da data da eficácia, sendo realizado pagamento de R\$ 140.755 em fevereiro de 2024; e iii) Até o vigésimo quarto mês de concessão, contado da data da eficácia, que em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 65.949 (R\$ 62.390 em 31 de dezembro de 2024) na conta de credores pela concessão (Nota 27). Os valores são atualizados pelo IPCA até a data da efetiva liquidação conforme contrato firmado. Em 5 de fevereiro de 2025, foi assinado o 1º termo aditivo ao contrato de concessão entre a controlada e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais - SEINFRA, poder concedente, no qual ficou suspensa a obrigação de pagamento do compromisso devido ao FUNTRANS até 30 de novembro de 2025. O pagamento foi novamente prorrogado até 05 de fevereiro de 2026 conforme o 2º termo aditivo ao contrato de concessão, celebrado em 28 de novembro de 2025 entre a controlada e a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais - ARTEMIG, órgão que passou a exercer as atribuições do poder concedente. A suspensão se deu em razão do interesse das partes em avaliar as adequações necessárias no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 39.</p> <p>(ii) Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. ("Sul de Minas"), constituída em 13 de setembro de 2022, a controlada tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Sul de Minas", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. O contrato é estabelecido como uma Parceria Público Privada ("PPP"). A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 03 de março de 2023. O lote da concessão compreende a extensão de 627,4 quilômetros de malha formada por 9 rodovias que passam por 14 municípios mineiros, e contam com 8 praças de pedágios. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 6 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. (iii) Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. ("Vias do Café"), constituída em 18 de julho de 2023, a controlada tem por objeto social a concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Rodovia do Café", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2022, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 23 de outubro de 2023. A controlada Vias do Café é responsável pela operação e manutenção de 438 km do trecho das rodovias MG-167, BR-265, LMG-863, CMG-491, BR-146 e CMG-369, abrangendo 9 municípios de Minas Gerais. (iv) EPR Infraestrutura PR S.A. ("Infra PR"), constituída em 1º de junho de 2023, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (v) EPR Litoral Pioneiro S.A. ("Litoral"), constituída em 1º de junho de 2023, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, denominado Rodovias do Paraná - Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assinatura do contrato, obtida em 28 de fevereiro de 2024. O lote da concessão compreende a extensão de 604,16 quilômetros de malha formada por 12 rodovias que passam por 27 municípios paranaenses, e contam com 6 praças de pedágios, todas em operação na data base. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 9 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. (vi) EPR Infraestrutura MG S.A. ("Infra MG"), constituída em 20 de maio de 2024, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (vii) EPR Via Mineira S.A. ("Via Mineira"), constituída em 20 de maio de 2024, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 06 de agosto de 2024. A controlada indireta é responsável pela operação e manutenção de 232 km do trecho da BR-040, abrangendo 15 municípios de Minas Gerais. (viii) EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. ("Infra Lote 6"), constituída em 18 de outubro de 2024, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. (ix) EPR Iguaçu S.A. ("Iguaçu"), constituída em 18 de outubro de 2024, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário integrante do Lote 6 - Rodovias do Paraná. Este lote abrange trechos das rodovias federais BR-163, BR-277 e BR-469, bem como das rodovias estaduais PR-158, PR-180, PR-182, PR-280 e PR-483, conforme previsto no Edital de Concessão nº 05/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de abril de 2025. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assinatura do contrato, obtida em 08 de maio de 2025. (x) EPR Infraestrutura Lote 4 PR S.A. ("Infra Lote 4"), constituída em 05 de maio de 2025, a controlada tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. (xi) EPR Paraná S.A. ("Paraná"), constituída em 05 de maio de 2025, a controlada indireta tem por objeto social a exploração da concessão dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário composto pelas BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986, denominado "Lote 4 - Rodovias do Paraná", como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 03/2025 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e no respectivo Contrato de Concessão firmado em 06 de fevereiro de 2026. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de assinatura do contrato, obtida em 10 de fevereiro de 2026. (xii) EPR Engenharia S.O. S.A. ("EPR Engenharia"), a controlada atua em atividades relacionadas à engenharia e à gestão de obras, incluindo o planejamento, execução, fiscalização e supervisão de projetos. A controlada atua de maneira estratégica, oferecendo soluções integradas para a realização de obras, sempre com foco na qualidade e no cumprimento dos prazos. Seu modelo de operação é voltado para a prestação de serviços exclusivamente para as empresas do Grupo. As concessionárias têm como principais obrigações, conforme o contrato de concessão: Recuperação do sistema rodoviário; Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; Melhorias, envolvendo travessias urbanas, vias marginais, acessos, trevos, passagens e retornos, passarelas, cicloviárias, sistemas de iluminação, passagem de fauna, pontos de ônibus, entre outras. As companhias acima são controladas da Companhia, que detém maioria do capital votante e a maioria do conselho de administração, podendo eleger o presidente, e esse tem o voto de minerva nas decisões. <b>3. Base de preparação: 3.1 Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão. <b>3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. <b>3.3 Uso de estimativas e julgamentos:</b> Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: (i) <b>Capitalização do ativo intangível:</b> A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo intangível. O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis. (ii) <b>Reconhecimento e amortização do ativo intangível:</b> O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (iii) <b>Receita de construção:</b> A ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece que à medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. (iv) <b>Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:</b> O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (v) <b>IRPJ diferido:</b> O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ativo ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 17. <b>3.4 Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 35. <b>4. Políticas contábeis materiais:</b> O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <b>4.1 Base de consolidação:</b></p>													
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>													
Lucro antes dos tributos										625.838	200.202	1.523.706	768.655
Ajustes de:													
Equivalência patrimonial										16	(618.890)	(215.489)	-
Juros e atualização monetária de debêntures e notas comerciais										32	-	-	363.081
Amortização dos custos de captação de debêntures e notas comerciais										32	-	-	24.878
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil										18	199	18	18.410
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos										27	-	-	848
Atualização monetária de ressarcimento regulatório										27	-	-	(540)
Atualização monetária de ativo de delegação de serviços públicos										32	-	-	2.914
Ganho de ressarcimento regulatório										-	-	-	(22.508)
Rendimento de aplicações financeiras										-	-	(180.523)	(1.802)
Credores pela concessão										-	-	-	37.251
Atualização monetária de duf										32	-	-	(594)
Atualização monetária de impostos										32	-	-	(5.716)
Depreciação e amortização										31	1.007	165	85.318
Provisão de recursos vinculados										27	-	-	63.245
Provisão de banda contratual										27	-	-	6.915
Provisão para participação nos lucros										7.465	6.180	15.813	14.380
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais										28	-	-	337
Perdas de arrecadação										31	-	-	99
Resultado na baixa de ativos intangíveis										21	-	-	22
Resultado na baixa de ativos de direito de uso										18	-	-	(205)
Outros ajustes do ativo financeiro										-	-	-	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:													
Contas a receber										8	-	-	(76.644)
Valores a receber do poder concedente										9	-	-	(28.555)
Partes relacionadas										22	(35)	(14.129)	-
Impostos a recuperar										12	(350)	31	(50.703)
Adiantamentos a fornecedores										12	(458)	416	19.002
Depósitos judiciais										15	-	-	(20.296)
Outros ativos										(26)	-	-	(6.406)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:													
Fornecedores										23 e 38	4.173	1.363	2.587
Obrigações sociais										-	(1.162)	2.552	5.795
Obrigações fiscais										-	387	94	10.052
Partes relacionadas										22 e 38	(1.950)	1.950	-
Credores pela concessão										27	-	-	3.590
Outros passivos										-	-	-	960
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>										<b>16.198</b>	<b>(16.647)</b>	<b>1.778.625</b>	<b>988.271</b>
Pagamento de IRPJ e CSLL										17	-	-	(415.132)
Pagamento de arrendamento mercantil - juros										18	(199)	-	(18.410)
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais										24	-	-	(284.231)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>										<b>15.999</b>	<b>(16.647)</b>	<b>1.060.852</b>	<b>604.902</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>													
Aumento de capital social em controladas										16	(181.155)	(27.500)	-
Aquisição de participação de não controladores										16	(72.150)	(65.137)	(72.150)
Alteração de participação societária										16	16.100	-	16.100
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos										-	78.885	-	-
Sinistro de ativos intangíveis										-	-	-	36.235
Pagamento de ativo de delegação de serviços públicos										-	-	-	(140.755)
Aquisições de itens de infraestrutura em construção										20 e 38	-	-	(1.319.969)
Aquisições de itens de intangível										-	(153)	-	(2.461)
Aquisições de itens de imobilizado										19	(2.390)	(1.058)	(48.232)
Reembolso do poder concedente										10	-	-	165.834
Aplicações financeiras										-	-	-	(1.443.765)
Recursos vinculados										14	-	-	(36.519)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>										<b>(160.863)</b>	<b>(93.695)</b>	<b>(2.741.162)</b>	<b>(1.191.767)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>													
Aumento de capital social e reserva de capital										29	165.000	96.637	368.845
Custos de captação de debêntures e notas comerciais										13 e 24	-	-	(154.482)
Mútuo com partes relacionadas										-	-	12.825	-
Emissão de debêntures e notas comerciais										24	-	-	2.750.000
Pagamento de debêntures - principal										24	-	-	(937.427)
Pagamentos de arrendamento mercantil - principal										18	(5.088)	(80)	(37.318)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio										-	-	-	(35.646)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>										<b>159.912</b>	<b>109.382</b>	<b>1.953.972</b>	<b>930.146</b>
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>										<b>15.048</b>	<b>(960)</b>	<b>273.662</b>	<b>352.281</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>										<b>6</b>	<b>35</b>	<b>995</b>	<b>1.792.630</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>										<b>6</b>	<b>15.083</b>	<b>35</b>	<b>2.066.292</b>

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **4.2 Investimento:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas direta. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados. O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. A equivalência patrimonial é calculada considerando as características das ações existentes nas controladas, o direito a dividendos das ações existentes e limites de remuneração das classes de ações existentes. As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia. **4.3 Receitas de contratos com clientes:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, a medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são liquidadas da parcela do preço cobrado do usuário, pertencendo ao recurso vinculado. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Conforme definido na ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhoria na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **4.4 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata e montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os pass

continuação

## EPR Participações S.A.

meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou - O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis:** A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "ativo intangível". Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), as controladas atuam como prestadoras de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.6 Ativos imobilizados:** Computadores e periféricos, móveis e utensílios, veículos, instalações, edifícios e dependências, máquinas e equipamentos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; • Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos; • Veículos: de 4 a 10 anos; • Instalações, edifícios e dependências: de 5 a 15 anos; • Máquinas e equipamentos: de 5 a 15 anos; e • Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **4.7 Capitalização de custos:** Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis à infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **4.8 Capitalização dos custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **4.9 Fornecedores:** Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecedores de materiais e insumos destinados predominantemente ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. **4.10 Redução ao valor recuperável (impairment) :** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perdas em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber e ativos contratuais:** O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 35. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de relatório, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor

recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura recebida e/ou construída pela concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **4.12 Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.14 Capital social: (i) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. (ii) **Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **4.16 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.17 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualização monetária e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.18 IRPJ e CSLL: (i) Lucro real:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) **Imposto corrente - Lucro real:** O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (iii) **Lucro presumido:** O IRPJ da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, apurado trimestralmente, mediante a aplicação do percentual de presunção de 32% sobre a receita bruta de prestação de serviços, conforme previsto na legislação fiscal vigente. Sobre a base de cálculo assim determinada, aplicam-se as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R\$ 60 mil por trimestre, e de 9% para a CSLL sobre o Lucro Líquido (CSLL). (iv) **Imposto corrente - Lucro presumido:** O imposto corrente corresponde ao montante de IRPJ e CSLL a pagar, apurado trimestralmente, com base no lucro presumido do período, às alíquotas vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, considerando eventuais ajustes relativos a exercícios anteriores. (v) **Imposto diferido:** O IRPJ e a CSLL do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da CSLL e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com IRPJ e CSLL descritas acima, compreendem o IRPJ e CSLL correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (vi) **Exposições fiscais:** Na determinação do IRPJ o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de IRPJ e juros tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para IRPJ no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com IRPJ no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.19 Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% a depender do município da prestação de serviço. **4.20 Resultado por ação:** O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. **4.21 Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras. **4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.23 Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (i) **Arrendamento mercantil a pagar:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a

data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelo os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. (ii) **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.24 Questões climáticas:** O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **4.25 Eventos após o período do relatório:** Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. **4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuidas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements - PFS*) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações subsequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: - Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)). Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A diretoria da Companhia não identificou impactos oriundos do IFRS 19 a serem divulgados. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: - Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. - Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. - Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de revogação" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. - Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:** Em julho de 2024, o IASB emitiu novas alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



EPR Participações S.A.																																																																																																																																																																																
<p>Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. <b>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:</b> Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: · Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. · Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. · Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros.</p>					<p>ros: Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. <b>5. Representação de valores correspondentes:</b> A administração revisou o tratamento contábil anteriormente aplicado à eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas, concluindo que, por se tratar de construção de ativos relacionados a concessões de rodovias, amparadas pelos contratos de concessão, tal eliminação não seria aplicável, tendo em vista que as companhias do Grupo possuem o direito de exploração desses ativos construídos, sendo a posse do poder concedente ao final da concessão. Neste contexto, os efeitos relacionados à eliminação do lucro não realizado foram excluídos. Adicionalmente, a Companhia reavaliou o critério de atribuição dos resultados das controladas entre a Companhia, via equivalência patrimonial, e não controladores, que eram calculados considerando as características e direitos a dividendos das classes de ações divulgadas na Nota 16. Após a revisão do tratamento contábil, a Companhia passou a considerar também o limite de dividendos a serem pagos aos acionistas com base em cada uma das classes de ações. As correções foram feitas de forma retrospectiva, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e os valores relativos aos balanços patrimoniais individual e consolidado, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. A reapresentação teve impactos sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, contudo não houve impacto nos saldos de abertura de 1º de dezembro de 2024. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, foi adotada pela primeira vez a apresentação das demonstrações do valor adicionado, por consequência, não há efeitos de reapresentação dos saldos apresentados para fins de comparação. Os quadros a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:</p>					<p>perda de crédito esperada sobre as contas a receber. <b>9. Valores a receber do poder concedente:</b></p>																																																																																																																																																																						
<p><b>Balancos patrimoniais: (Em milhares de Reais):</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>Anteriormente</th> <th>Ajustes</th> <th>Reapresentado</th> <th>Anteriormente</th> <th>Ajustes</th> <th>Reapresentado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td colspan="3">31 de dezembro de 2024</td> <td colspan="3">31 de dezembro de 2024</td> </tr> <tr> <td><b>Ativos</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos ativos circulantes</td> <td>13.850</td> <td>-</td> <td>13.850</td> <td>2.019.643</td> <td>-</td> <td>2.019.643</td> </tr> <tr> <td>Total do realizável a longo prazo</td> <td>24.860</td> <td>-</td> <td>24.860</td> <td>104.172</td> <td>-</td> <td>104.172</td> </tr> <tr> <td>Investimentos</td> <td>379.331</td> <td>185.036 (a) (b)</td> <td>564.367</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Intangível</td> <td>8</td> <td>-</td> <td>8</td> <td>1.047.892</td> <td>57.656 (a)</td> <td>1.105.548</td> </tr> <tr> <td>Demais saldos</td> <td>3.082</td> <td>-</td> <td>3.082</td> <td>1.191.107</td> <td>-</td> <td>1.191.107</td> </tr> <tr> <td><b>Total dos ativos não circulantes</b></td> <td><b>407.281</b></td> <td><b>185.036</b></td> <td><b>592.317</b></td> <td><b>2.343.171</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>2.400.827</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total dos ativos</b></td> <td><b>421.131</b></td> <td><b>185.036</b></td> <td><b>606.167</b></td> <td><b>4.362.814</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>4.420.470</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivos</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total dos passivos circulantes</td> <td>25.940</td> <td>-</td> <td>25.940</td> <td>643.029</td> <td>-</td> <td>643.029</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perda em investidas</td> <td>29.498</td> <td>(19.336) (a)</td> <td>10.162</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Demais saldos</td> <td>1.660</td> <td>-</td> <td>1.660</td> <td>2.651.960</td> <td>-</td> <td>2.651.960</td> </tr> <tr> <td><b>Total dos passivos não circulantes</b></td> <td><b>31.158</b></td> <td><b>(19.336)</b></td> <td><b>11.822</b></td> <td><b>2.651.960</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>2.651.960</b></td> </tr> <tr> <td><b>Patrimônio líquido</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>71.514</td> <td>-</td> <td>71.514</td> <td>71.514</td> <td>-</td> <td>71.514</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucros</td> <td>(22.039)</td> <td>204.372 (a) (b)</td> <td>182.333</td> <td>(22.039)</td> <td>204.372 (a) (b)</td> <td>182.333</td> </tr> <tr> <td>Demais saldos</td> <td>314.558</td> <td>-</td> <td>314.558</td> <td>314.558</td> <td>-</td> <td>314.558</td> </tr> <tr> <td><b>Total do patrimônio líquido controladores</b></td> <td><b>364.033</b></td> <td><b>204.372</b></td> <td><b>568.405</b></td> <td><b>364.033</b></td> <td><b>204.372</b></td> <td><b>568.405</b></td> </tr> <tr> <td>Participação de não controladores</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>703.792 (146.716)</td> <td>-</td> <td>557.076</td> </tr> <tr> <td><b>Total do patrimônio líquido</b></td> <td><b>364.033</b></td> <td><b>204.372</b></td> <td><b>568.405</b></td> <td><b>1.067.825</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>1.125.481</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b></td> <td><b>421.131</b></td> <td><b>185.036</b></td> <td><b>606.167</b></td> <td><b>4.362.814</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>4.420.470</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora			Consolidado			Anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado		31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024			<b>Ativos</b>							Total dos ativos circulantes	13.850	-	13.850	2.019.643	-	2.019.643	Total do realizável a longo prazo	24.860	-	24.860	104.172	-	104.172	Investimentos	379.331	185.036 (a) (b)	564.367	-	-	-	Intangível	8	-	8	1.047.892	57.656 (a)	1.105.548	Demais saldos	3.082	-	3.082	1.191.107	-	1.191.107	<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>407.281</b>	<b>185.036</b>	<b>592.317</b>	<b>2.343.171</b>	<b>57.656</b>	<b>2.400.827</b>	<b>Total dos ativos</b>	<b>421.131</b>	<b>185.036</b>	<b>606.167</b>	<b>4.362.814</b>	<b>57.656</b>	<b>4.420.470</b>	<b>Passivos</b>							Total dos passivos circulantes	25.940	-	25.940	643.029	-	643.029	Provisão para perda em investidas	29.498	(19.336) (a)	10.162	-	-	-	Demais saldos	1.660	-	1.660	2.651.960	-	2.651.960	<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>31.158</b>	<b>(19.336)</b>	<b>11.822</b>	<b>2.651.960</b>	<b>-</b>	<b>2.651.960</b>	<b>Patrimônio líquido</b>							Capital social	71.514	-	71.514	71.514	-	71.514	Reserva de lucros	(22.039)	204.372 (a) (b)	182.333	(22.039)	204.372 (a) (b)	182.333	Demais saldos	314.558	-	314.558	314.558	-	314.558	<b>Total do patrimônio líquido controladores</b>	<b>364.033</b>	<b>204.372</b>	<b>568.405</b>	<b>364.033</b>	<b>204.372</b>	<b>568.405</b>	Participação de não controladores	-	-	-	703.792 (146.716)	-	557.076	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>364.033</b>	<b>204.372</b>	<b>568.405</b>	<b>1.067.825</b>	<b>57.656</b>	<b>1.125.481</b>	<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>421.131</b>	<b>185.036</b>	<b>606.167</b>	<b>4.362.814</b>	<b>57.656</b>	<b>4.420.470</b>
	Controladora			Consolidado																																																																																																																																																																												
	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado																																																																																																																																																																										
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024																																																																																																																																																																												
<b>Ativos</b>																																																																																																																																																																																
Total dos ativos circulantes	13.850	-	13.850	2.019.643	-	2.019.643																																																																																																																																																																										
Total do realizável a longo prazo	24.860	-	24.860	104.172	-	104.172																																																																																																																																																																										
Investimentos	379.331	185.036 (a) (b)	564.367	-	-	-																																																																																																																																																																										
Intangível	8	-	8	1.047.892	57.656 (a)	1.105.548																																																																																																																																																																										
Demais saldos	3.082	-	3.082	1.191.107	-	1.191.107																																																																																																																																																																										
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>407.281</b>	<b>185.036</b>	<b>592.317</b>	<b>2.343.171</b>	<b>57.656</b>	<b>2.400.827</b>																																																																																																																																																																										
<b>Total dos ativos</b>	<b>421.131</b>	<b>185.036</b>	<b>606.167</b>	<b>4.362.814</b>	<b>57.656</b>	<b>4.420.470</b>																																																																																																																																																																										
<b>Passivos</b>																																																																																																																																																																																
Total dos passivos circulantes	25.940	-	25.940	643.029	-	643.029																																																																																																																																																																										
Provisão para perda em investidas	29.498	(19.336) (a)	10.162	-	-	-																																																																																																																																																																										
Demais saldos	1.660	-	1.660	2.651.960	-	2.651.960																																																																																																																																																																										
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>31.158</b>	<b>(19.336)</b>	<b>11.822</b>	<b>2.651.960</b>	<b>-</b>	<b>2.651.960</b>																																																																																																																																																																										
<b>Patrimônio líquido</b>																																																																																																																																																																																
Capital social	71.514	-	71.514	71.514	-	71.514																																																																																																																																																																										
Reserva de lucros	(22.039)	204.372 (a) (b)	182.333	(22.039)	204.372 (a) (b)	182.333																																																																																																																																																																										
Demais saldos	314.558	-	314.558	314.558	-	314.558																																																																																																																																																																										
<b>Total do patrimônio líquido controladores</b>	<b>364.033</b>	<b>204.372</b>	<b>568.405</b>	<b>364.033</b>	<b>204.372</b>	<b>568.405</b>																																																																																																																																																																										
Participação de não controladores	-	-	-	703.792 (146.716)	-	557.076																																																																																																																																																																										
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>364.033</b>	<b>204.372</b>	<b>568.405</b>	<b>1.067.825</b>	<b>57.656</b>	<b>1.125.481</b>																																																																																																																																																																										
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>421.131</b>	<b>185.036</b>	<b>606.167</b>	<b>4.362.814</b>	<b>57.656</b>	<b>4.420.470</b>																																																																																																																																																																										
<p><b>Demonstrações do resultado (Em milhares de Reais):</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>Anteriormente</th> <th>Ajustes</th> <th>Reapresentado</th> <th>Anteriormente</th> <th>Ajustes</th> <th>Reapresentado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td colspan="3">31 de dezembro de 2024</td> <td colspan="3">31 de dezembro de 2024</td> </tr> <tr> <td>Receita operacional líquida</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2.482.557</td> <td>57.777 (a)</td> <td>2.540.334</td> </tr> <tr> <td>Custo dos serviços prestados</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.582.699)</td> <td>(121) (a)</td> <td>(1.582.820)</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro bruto</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>899.858</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>957.514</b></td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td>(15.357)</td> <td>-</td> <td>(15.357)</td> <td>(137.411)</td> <td>-</td> <td>(137.411)</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas e despesas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>34.219</td> <td>-</td> <td>34.219</td> </tr> <tr> <td>Equivalência patrimonial</td> <td>11.115</td> <td>204.374 (a) (b)</td> <td>215.489</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro operacional</b></td> <td><b>(4.242)</b></td> <td><b>204.374</b></td> <td><b>200.132</b></td> <td><b>796.666</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>854.322</b></td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>98</td> <td>-</td> <td>98</td> <td>155.986</td> <td>-</td> <td>155.986</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(28)</td> <td>-</td> <td>(28)</td> <td>(241.653)</td> <td>-</td> <td>(241.653)</td> </tr> <tr> <td><b>Resultado financeiro</b></td> <td><b>70</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>70</b></td> <td><b>(85.667)</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(85.667)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos</b></td> <td><b>(4.172)</b></td> <td><b>204.374</b></td> <td><b>200.202</b></td> <td><b>710.999</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>768.655</b></td> </tr> <tr> <td>Impj e csll</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(258.714)</td> <td>-</td> <td>(258.714)</td> </tr> <tr> <td>Correntes</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(206.491)</td> <td>-</td> <td>(206.491)</td> </tr> <tr> <td>Diferidos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(52.223)</td> <td>-</td> <td>(52.223)</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b></td> <td><b>(4.172)</b></td> <td><b>204.374</b></td> <td><b>200.202</b></td> <td><b>452.285</b></td> <td><b>57.656</b></td> <td><b>509.941</b></td> </tr> <tr> <td>Participação de controladores</td> <td>(4.172)</td> <td>204.374 (a) (b)</td> <td>200.202</td> <td>(4.172)</td> <td>204.374 (a) (b)</td> <td>200.202</td> </tr> <tr> <td>Participação de não controladores</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>456.457 (146.718)</td> <td>-</td> <td>309.739</td> </tr> </tbody> </table>											Controladora			Consolidado			Anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado		31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024			Receita operacional líquida	-	-	-	2.482.557	57.777 (a)	2.540.334	Custo dos serviços prestados	-	-	-	(1.582.699)	(121) (a)	(1.582.820)	<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>899.858</b>	<b>57.656</b>	<b>957.514</b>	Despesas gerais e administrativas	(15.357)	-	(15.357)	(137.411)	-	(137.411)	Outras receitas e despesas	-	-	-	34.219	-	34.219	Equivalência patrimonial	11.115	204.374 (a) (b)	215.489	-	-	-	<b>Lucro operacional</b>	<b>(4.242)</b>	<b>204.374</b>	<b>200.132</b>	<b>796.666</b>	<b>57.656</b>	<b>854.322</b>	Receitas financeiras	98	-	98	155.986	-	155.986	Despesas financeiras	(28)	-	(28)	(241.653)	-	(241.653)	<b>Resultado financeiro</b>	<b>70</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>(85.667)</b>	<b>-</b>	<b>(85.667)</b>	<b>Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos</b>	<b>(4.172)</b>	<b>204.374</b>	<b>200.202</b>	<b>710.999</b>	<b>57.656</b>	<b>768.655</b>	Impj e csll	-	-	-	(258.714)	-	(258.714)	Correntes	-	-	-	(206.491)	-	(206.491)	Diferidos	-	-	-	(52.223)	-	(52.223)	<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(4.172)</b>	<b>204.374</b>	<b>200.202</b>	<b>452.285</b>	<b>57.656</b>	<b>509.941</b>	Participação de controladores	(4.172)	204.374 (a) (b)	200.202	(4.172)	204.374 (a) (b)	200.202	Participação de não controladores	-	-	-	456.457 (146.718)	-	309.739																												
	Controladora			Consolidado																																																																																																																																																																												
	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado																																																																																																																																																																										
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024																																																																																																																																																																												
Receita operacional líquida	-	-	-	2.482.557	57.777 (a)	2.540.334																																																																																																																																																																										
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(1.582.699)	(121) (a)	(1.582.820)																																																																																																																																																																										
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>899.858</b>	<b>57.656</b>	<b>957.514</b>																																																																																																																																																																										
Despesas gerais e administrativas	(15.357)	-	(15.357)	(137.411)	-	(137.411)																																																																																																																																																																										
Outras receitas e despesas	-	-	-	34.219	-	34.219																																																																																																																																																																										
Equivalência patrimonial	11.115	204.374 (a) (b)	215.489	-	-	-																																																																																																																																																																										
<b>Lucro operacional</b>	<b>(4.242)</b>	<b>204.374</b>	<b>200.132</b>	<b>796.666</b>	<b>57.656</b>	<b>854.322</b>																																																																																																																																																																										
Receitas financeiras	98	-	98	155.986	-	155.986																																																																																																																																																																										
Despesas financeiras	(28)	-	(28)	(241.653)	-	(241.653)																																																																																																																																																																										
<b>Resultado financeiro</b>	<b>70</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>(85.667)</b>	<b>-</b>	<b>(85.667)</b>																																																																																																																																																																										
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos</b>	<b>(4.172)</b>	<b>204.374</b>	<b>200.202</b>	<b>710.999</b>	<b>57.656</b>	<b>768.655</b>																																																																																																																																																																										
Impj e csll	-	-	-	(258.714)	-	(258.714)																																																																																																																																																																										
Correntes	-	-	-	(206.491)	-	(206.491)																																																																																																																																																																										
Diferidos	-	-	-	(52.223)	-	(52.223)																																																																																																																																																																										
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(4.172)</b>	<b>204.374</b>	<b>200.202</b>	<b>452.285</b>	<b>57.656</b>	<b>509.941</b>																																																																																																																																																																										
Participação de controladores	(4.172)	204.374 (a) (b)	200.202	(4.172)	204.374 (a) (b)	200.202																																																																																																																																																																										
Participação de não controladores	-	-	-	456.457 (146.718)	-	309.739																																																																																																																																																																										
<p><b>Demonstrações de mutações do patrimônio líquido:</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Reserva de capital</th> <th colspan="2">Reserva de lucros</th> <th colspan="2">Reserva de lucros a realizar</th> <th colspan="2">Lucros (prejuízos) acumulados</th> <th colspan="2">Participação de acionistas não controladores</th> </tr> <tr> <th>social</th> <th>capital</th> <th>legal</th> <th>lucros</th> <th>lucros a realizar</th> <th>acumulados</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2024 (anteriormente apresentado)</td> <td>71.514</td> <td>314.558</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(22.039)</td> <td>364.033</td> <td>703.792</td> <td>1.067.825</td> <td>1.125.481</td> </tr> <tr> <td>Ajustes (a) (b)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>9.253</td> <td>129.131</td> <td>43.949</td> <td>22.039</td> <td>204.372</td> <td>(146.716)</td> <td>57.656</td> <td>557.076</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)</b></td> <td><b>71.514</b></td> <td><b>314.558</b></td> <td><b>9.253</b></td> <td><b>129.131</b></td> <td><b>43.949</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>568.405</b></td> <td><b>557.076</b></td> <td><b>1.125.481</b></td> <td><b>1.125.481</b></td> </tr> </tbody> </table>											Reserva de capital		Reserva de lucros		Reserva de lucros a realizar		Lucros (prejuízos) acumulados		Participação de acionistas não controladores		social	capital	legal	lucros	lucros a realizar	acumulados	Total	Total	Total	Total	Saldo em 31 de dezembro de 2024 (anteriormente apresentado)	71.514	314.558	-	-	-	(22.039)	364.033	703.792	1.067.825	1.125.481	Ajustes (a) (b)	-	-	9.253	129.131	43.949	22.039	204.372	(146.716)	57.656	557.076	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)</b>	<b>71.514</b>	<b>314.558</b>	<b>9.253</b>	<b>129.131</b>	<b>43.949</b>	<b>-</b>	<b>568.405</b>	<b>557.076</b>	<b>1.125.481</b>	<b>1.125.481</b>																																																																																																																	
	Reserva de capital		Reserva de lucros		Reserva de lucros a realizar		Lucros (prejuízos) acumulados		Participação de acionistas não controladores																																																																																																																																																																							
	social	capital	legal	lucros	lucros a realizar	acumulados	Total	Total	Total	Total																																																																																																																																																																						
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (anteriormente apresentado)	71.514	314.558	-	-	-	(22.039)	364.033	703.792	1.067.825	1.125.481																																																																																																																																																																						
Ajustes (a) (b)	-	-	9.253	129.131	43.949	22.039	204.372	(146.716)	57.656	557.076																																																																																																																																																																						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)</b>	<b>71.514</b>	<b>314.558</b>	<b>9.253</b>	<b>129.131</b>	<b>43.949</b>	<b>-</b>	<b>568.405</b>	<b>557.076</b>	<b>1.125.481</b>	<b>1.125.481</b>																																																																																																																																																																						
<p><b>Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais):</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>Anteriormente</th> <th>Ajustes</th> <th>Reapresentado</th> <th>Anteriormente</th> <th>Ajustes</th> <th>Reapresentado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td colspan="3">31 de dezembro de 2024</td> <td colspan="3">31 de dezembro de 2024</td> </tr> <tr> <td><b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro antes dos tributos</td> <td>(4.172)</td> <td>204.374 (a) (b)</td> <td>200.202</td> <td>710.999</td> <td>57.656 (a)</td> <td>768.655</td> </tr> <tr> <td>Equivalência patrimonial</td> <td>(11.115)</td> <td>(204.374) (a) (b)</td> <td>(215.489)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>165</td> <td>-</td> <td>165</td> <td>46.323</td> <td>121 (a)</td> <td>46.444</td> </tr> <tr> <td>Demais saldos</td> <td>(1.525)</td> <td>-</td> <td>(1.525)</td> <td>(210.197)</td> <td>-</td> <td>(210.197)</td> </tr> <tr> <td><b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b></td> <td><b>(16.647)</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(16.647)</b></td> <td><b>547.125</b></td> <td><b>57.777</b></td> <td><b>604.902</b></td> </tr> <tr> <td><b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aquisições de itens de infraestrutura em construção</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.009.073)</td> <td>(57.777) (a)</td> <td>(1.066.850)</td> </tr> <tr> <td>Demais saldos</td> <td>(93.695)</td> <td>-</td> <td>(93.695)</td> <td>(124.917)</td> <td>-</td> <td>(124.917)</td> </tr> <tr> <td><b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b></td> <td><b>(93.695)</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(93.695)</b></td> <td><b>(1.133.990)</b></td> <td><b>(57.777)</b></td> <td><b>(1.191.767)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Demais saldos</td> <td>109.382</td> <td>-</td> <td>109.382</td> <td>939.146</td> <td>-</td> <td>939.146</td> </tr> <tr> <td><b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b></td> <td><b>109.382</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>109.382</b></td> <td><b>939.146</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>939.146</b></td> </tr> <tr> <td><b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equiv. de caixa</b></td> <td><b>(960)</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(960)</b></td> <td><b>352.281</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>352.281</b></td> </tr> <tr> <td><b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b></td> <td><b>995</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>995</b></td> <td><b>1.440.349</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>1.440.349</b></td> </tr> <tr> <td><b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b></td> <td><b>35</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>35</b></td> <td><b>1.792.630</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>1.792.630</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora			Consolidado			Anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado		31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024			<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							Lucro antes dos tributos	(4.172)	204.374 (a) (b)	200.202	710.999	57.656 (a)	768.655	Equivalência patrimonial	(11.115)	(204.374) (a) (b)	(215.489)	-	-	-	Depreciação e amortização	165	-	165	46.323	121 (a)	46.444	Demais saldos	(1.525)	-	(1.525)	(210.197)	-	(210.197)	<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(16.647)</b>	<b>-</b>	<b>(16.647)</b>	<b>547.125</b>	<b>57.777</b>	<b>604.902</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>							Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	-	-	(1.009.073)	(57.777) (a)	(1.066.850)	Demais saldos	(93.695)	-	(93.695)	(124.917)	-	(124.917)	<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(93.695)</b>	<b>-</b>	<b>(93.695)</b>	<b>(1.133.990)</b>	<b>(57.777)</b>	<b>(1.191.767)</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>							Demais saldos	109.382	-	109.382	939.146	-	939.146	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>109.382</b>	<b>-</b>	<b>109.382</b>	<b>939.146</b>	<b>-</b>	<b>939.146</b>	<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equiv. de caixa</b>	<b>(960)</b>	<b>-</b>	<b>(960)</b>	<b>352.281</b>	<b>-</b>	<b>352.281</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>995</b>	<b>-</b>	<b>995</b>	<b>1.440.349</b>	<b>-</b>	<b>1.440.349</b>	<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>1.792.630</b>	<b>-</b>	<b>1.792.630</b>																																			
	Controladora			Consolidado																																																																																																																																																																												
	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente	Ajustes	Reapresentado																																																																																																																																																																										
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024																																																																																																																																																																												
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>																																																																																																																																																																																
Lucro antes dos tributos	(4.172)	204.374 (a) (b)	200.202	710.999	57.656 (a)	768.655																																																																																																																																																																										
Equivalência patrimonial	(11.115)	(204.374) (a) (b)	(215.489)	-	-	-																																																																																																																																																																										
Depreciação e amortização	165	-	165	46.323	121 (a)	46.444																																																																																																																																																																										
Demais saldos	(1.525)	-	(1.525)	(210.197)	-	(210.197)																																																																																																																																																																										
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(16.647)</b>	<b>-</b>	<b>(16.647)</b>	<b>547.125</b>	<b>57.777</b>	<b>604.902</b>																																																																																																																																																																										
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>																																																																																																																																																																																
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	-	-	(1.009.073)	(57.777) (a)	(1.066.850)																																																																																																																																																																										
Demais saldos	(93.695)	-	(93.695)	(124.917)	-	(124.917)																																																																																																																																																																										
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(93.695)</b>	<b>-</b>	<b>(93.695)</b>	<b>(1.133.990)</b>	<b>(57.777)</b>	<b>(1.191.767)</b>																																																																																																																																																																										
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>																																																																																																																																																																																
Demais saldos	109.382	-	109.382	939.146	-	939.146																																																																																																																																																																										
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>109.382</b>	<b>-</b>	<b>109.382</b>	<b>939.146</b>	<b>-</b>	<b>939.146</b>																																																																																																																																																																										
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equiv. de caixa</b>	<b>(960)</b>	<b>-</b>	<b>(960)</b>	<b>352.281</b>	<b>-</b>	<b>352.281</b>																																																																																																																																																																										
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>995</b>	<b>-</b>	<b>995</b>	<b>1.440.349</b>	<b>-</b>	<b>1.440.349</b>																																																																																																																																																																										
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>1.792.630</b>	<b>-</b>	<b>1.792.630</b>																																																																																																																																																																										
<p>(a) Exclusão da eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas. (b) Aumento da equivalência patrimonial para adequação ao disposto no acordo de acionistas.</p>																																																																																																																																																																																
<p><b>6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Caixa e equivalentes de caixa</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Numerários em trânsito</td> <td>-</td> <td>3.359</td> <td>1.558</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Caixa e contas bancárias</td> <td>190</td> <td>9.267</td> <td>8.120</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras (a)</td> <td>14.893</td> <td>35 2.053.666</td> <td>1.782.952</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>15.083</b></td> <td><b>35 2.066.292</b></td> <td><b>1.792.630</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> <tr> <td><b>Aplicações financeiras</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fundos de investimento (b)</td> <td>-</td> <td>527.426</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras (a)</td> <td>-</td> <td>901.610</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>1.429.036</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					Numerários em trânsito	-	3.359	1.558	-	Caixa e contas bancárias	190	9.267	8.120	-	Aplicações financeiras (a)	14.893	35 2.053.666	1.782.952	-	<b>Total</b>	<b>15.083</b>	<b>35 2.066.292</b>	<b>1.792.630</b>	<b>-</b>	<b>Aplicações financeiras</b>					Fundos de investimento (b)	-	527.426	-	-	Aplicações financeiras (a)	-	901.610	-	-	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.429.036</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																	
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																												
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>																																																																																																																																																																																
Numerários em trânsito	-	3.359	1.558	-																																																																																																																																																																												
Caixa e contas bancárias	190	9.267	8.120	-																																																																																																																																																																												
Aplicações financeiras (a)	14.893	35 2.053.666	1.782.952	-																																																																																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>15.083</b>	<b>35 2.066.292</b>	<b>1.792.630</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																												
<b>Aplicações financeiras</b>																																																																																																																																																																																
Fundos de investimento (b)	-	527.426	-	-																																																																																																																																																																												
Aplicações financeiras (a)	-	901.610	-	-																																																																																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.429.036</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																												
<p>(a) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 98,59% (média do Grupo) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,00% (média do Grupo) do CDI em 31 de dezembro de 2024). (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos de fundo de investimento, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,69% (média do Grupo) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025. <b>7. Aplicações financeiras vinculadas:</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Participação</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Conta reserva vinculada (b)</td> <td>99.161</td> <td>60.700</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Conta pagamento vinculada (a)</td> <td>193.664</td> <td>36.873</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>292.825</b></td> <td><b>97.573</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>55.242</td> <td>36.873</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Não Circulante</td> <td>237.583</td> <td>60.700</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Participação		2025	2024	2025	2024	Conta reserva vinculada (b)	99.161	60.700	-	-	Conta pagamento vinculada (a)	193.664	36.873	-	-	<b>Total</b>	<b>292.825</b>	<b>97.573</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Circulante	55.242	36.873	-	-	Não Circulante	237.583	60.700	-	-																																																																																																																																					
	Controladora		Participação																																																																																																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																												
Conta reserva vinculada (b)	99.161	60.700	-	-																																																																																																																																																																												
Conta pagamento vinculada (a)	193.664	36.873	-	-																																																																																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>292.825</b>	<b>97.573</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																												
Circulante	55.242	36.873	-	-																																																																																																																																																																												
Não Circulante	237.583	60.700	-	-																																																																																																																																																																												
<p>(a) As aplicações financeiras nesta conta pagamento são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 99,24% em 31 de dezembro de 2025 (100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com a finalidade de atender obrigações contratuais relacionadas a garantias das emissões de debêntures das controladas Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café, Litoral e Infra Lote 6. O montante reconhecido no ativo circulante refere-se ao montante a ser utilizado para a liquidação de juros das debêntures, que ocorre semestralmente. (b) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 99,24% em 31 de dezembro de 2025 (100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), com a finalidade de atender</p>																																																																																																																																																																																
<p>obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias das emissões de debêntures das controladas Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café, Litoral e Infra Lote 6. A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:</p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldo no início do exercício</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(+) Aplicações</td> <td>390.082</td> <td>95.681</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(-) Rendimentos</td> <td>19.852</td> <td>1.892</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(-) Resgates</td> <td>(214.682)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo no final do exercício</b></td> <td><b>292.825</b></td> <td><b>97.573</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	<b>Saldo no início do exercício</b>					(+) Aplicações	390.082	95.681	-	-	(-) Rendimentos	19.852	1.892	-	-	(-) Resgates	(214.682)	-	-	-	<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>292.825</b>	<b>97.573</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																					
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																												
<b>Saldo no início do exercício</b>																																																																																																																																																																																
(+) Aplicações	390.082	95.681	-	-																																																																																																																																																																												
(-) Rendimentos	19.852	1.892	-	-																																																																																																																																																																												
(-) Resgates	(214.682)	-	-	-																																																																																																																																																																												
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>292.825</b>	<b>97.573</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																												
<p><b>8. Contas a receber:</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Participação</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Desapropriações (Notas 28)</td> <td>166.347</td> <td>93.612</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td>10.821</td> <td>5.498</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td>288</td> <td>2.263</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Cupom (c)</td> <td>-</td> <td>54</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Cartão débito/crédito (b)</td> <td>-</td> <td>491</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receita acessória (d)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vale pedágio (e)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>177.510</b></td> <td><b>101.864</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Participação		2025	2024	2025	2024	Desapropriações (Notas 28)	166.347	93.612	-	-	Trabalhistas	10.821	5.498	-	-	Cíveis	288	2.263	-	-	Cupom (c)	-	54	-	-	Cartão débito/crédito (b)	-	491	-	-	Receita acessória (d)	-	-	-	-	Vale pedágio (e)	-	-	-	-	<b>Total</b>	<b>177.510</b>	<b>101.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																						
	Controladora		Participação																																																																																																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																												
Desapropriações (Notas 28)	166.347	93.612	-	-																																																																																																																																																																												
Trabalhistas	10.821	5.498	-	-																																																																																																																																																																												
Cíveis	288	2.263	-	-																																																																																																																																																																												
Cupom (c)	-	54	-	-																																																																																																																																																																												
Cartão débito/crédito (b)	-	491	-	-																																																																																																																																																																												
Receita acessória (d)	-	-	-	-																																																																																																																																																																												
Vale pedágio (e)	-	-	-	-																																																																																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>177.510</b>	<b>101.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																												
<p>(a) Pedágios eletrônico, liquidados conforme prazos das operadoras. (b) Cartões de débito e crédito, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão. (c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda). (d) Valores a receber provenientes de cessão remunerada de espaços na faixa de domínio da rodovia. (e) Crédito eletrônico antecipado destinado exclusivamente ao pagamento de tarifas de pedágio no transporte rodoviário de cargas. O aging do contas a receber é demonstrado no quadro abaixo:</p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Participação</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer</td> <td>932</td> <td>1.430</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vencidos</td> <td>42</td> <td>169</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Até 1 mês</td> <td>32</td> <td>2</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>De 1 a 2 meses</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>De 2 a 3 meses</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>177.510</b></td> <td><b>101.864</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Participação		2025	2024	2025	2024	A vencer	932	1.430	-	-	Vencidos	42	169	-	-	Até 1 mês	32	2	-	-	De 1 a 2 meses	-	-	-	-	De 2 a 3 meses	-	-	-	-	<b>Total</b>	<b>177.510</b>	<b>101.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																
	Controladora		Participação																																																																																																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																												
A vencer	932	1.430	-	-																																																																																																																																																																												
Vencidos	42	169	-	-																																																																																																																																																																												
Até 1 mês	32	2	-	-																																																																																																																																																																												
De 1 a 2 meses	-	-	-	-																																																																																																																																																																												
De 2 a 3 meses	-	-	-	-																																																																																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>177.510</b>	<b>101.864</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																												
<p>O Grupo faz uma avaliação mensal de seus títulos vencidos e reconhece perda de crédito esperada à medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu R\$ 998 (R\$ 5.916 em 31 de dezembro de 2024) (Nota 31) como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vencidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vencidos possuem perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para</p>																																																																																																																																																																																
<p><b>10. Ativo financeiro:</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber – contraprestação</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>-</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Contas a receber – contraprestação	-	-	-	-	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																				
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																												
Contas a receber – contraprestação	-	-	-	-																																																																																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>																																																																																																																																																																												
<p>A controladora Sul de Minas faz jus a contraprestação na modalidade aporte para realização dos investimentos previstos conforme contrato de concessão, cujo repasse está condicionado ao atingimento de marcos. Em conformidade com a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, o ativo financeiro é reconhecido à medida que a controladora Sul de Minas conclui certos marcos regulatórios por meio de serviços de construção, estabelecidos no contrato de concessão, e informa ao poder concedente. O regulador possui a premissa de garantir a qualidade da entrega da controladora Sul de Minas, a qual, sem perder seu direito incondicional de caixa, corrige eventuais vícios encontrados ou apresenta contestações técnicas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram protocoladas solicitações de repasse no montante de R\$ 175.271 (Nota 21), tendo sido recebidos R\$ 165.834 (R\$ 200.463 em 31 de dezembro de 2024) após validação dos respectivos marcos contratuais. O saldo remanescente permanece registrado como ativo financeiro a receber, sujeito aos trâmites formais de aprovação previstos no contrato. <b>11. Impostos a recuperar:</b></p>																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras – IRRF</td> <td>348</td> <td>28 35.207</td> <td>32.221</td> <td>34.407</td> </tr> <tr> <td>IRPJ pessoa jurídica – IRPJ</td> <td>3</td> <td>3 23.721</td> <td>13.407</td> <td>13.407</td> </tr> <tr> <td>Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS</td> <td>22</td> <td>-</td> <td>4.836</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Programa de integração social – PIS</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>1.049</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>CSLL retido na fonte – CSLL</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>729 2.438</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>3</td> <td>-</td> <td>141 103</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>381</b></td> <td><b>31 65.683</b></td> <td><b>48.169</b></td> <td><b>51.817</b></td> </tr> </tbody> </table>											Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras – IRRF	348	28 35.207	32.221	34.407	IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	3	3 23.721	13.407	13.407	Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	22	-	4.836	-	Programa de integração social – PIS	5	-	1.049	-	CSLL retido na fonte – CSLL	-	-	729 2.438	-	Outros	3	-	141 103	-	<b>Total</b>	<b>381</b>	<b>31 65.683</b>	<b>48.169</b>	<b>51.817</b>																																																																																																																											
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																												
IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras – IRRF	348	28 35.207	32.221	34.407																																																																																																																																																																												
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	3	3 23.721	13.407	13.407																																																																																																																																																																												
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	22	-	4.836	-																																																																																																																																																																												
Programa de integração social – PIS	5	-	1.049	-																																																																																																																																																																												
CSLL retido na fonte – CSLL	-	-	729 2.438	-																																																																																																																																																																												
Outros	3	-	141 103	-																																																																																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>381</b>	<b>31 65.683</b>	<b>48.169</b>	<b>51.817</b>																																																																																																																																																																												
<p><b>12. Adiantamentos a fornecedores:</b> Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R\$ 976 na controladora (R\$ 518 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 8.545 no consolidado (R\$ 27.546 em 31 de dezembro de 2024), referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços relacionados predominantemente a serviços operacionais. <b>13. Custos de captação de dívida antecipados:</b> Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de custos de captação de dívida antecipados era de R\$ 54.003 no consolidado, referente as controladas abaixo: Litoral: Em 19 de dezembro de 2024, a control</p>																																																																																																																																																																																

**continuação** **EPR Participações S.A.**

**(c) Movimentação dos investimentos:** A movimentação dos investimentos em controladas é demonstrada abaixo:

Controlada	2024 (Reapresentado)	Aporte de capital social	Aquisição de participação de não controladores (i)	Alteração de participação societária (ii)	Equivalência patrimonial	Dividendos não distribuídos (iv)	Dividendos	Diluição de participação societária (v)	2025	Consolidado	
										2025	2025
Triângulo	127.109	-	12.058	-	15.724	-	(1.042)	-	153.849	56.735	843
Sul de Minas	29.694	-	-	-	49.555	474	(657)	-	79.066	419.037	206.489
Vias do Café	60.974	-	21.268	-	48.799	-	(1.110)	-	129.931	13.646	504
Infra PR	251.456	130.000	65.101	-	270.032	3.456	(106.216)	-	613.829	(415.132)	(140.353)
Infra MG	56.814	55	-	-	106.690	746	(19.019)	(54.709)	90.577	(47.904)	(10.748)
Infra Lote 6	-	51.100	-	(20.813)	88.651	-	(1.523)	-	117.415	(387)	-
Engenharia	38.320	-	-	-	42.602	-	(77.425)	-	3.497	25.995	56.735
<b>Total</b>	<b>564.367</b>	<b>181.155</b>	<b>98.427</b>	<b>(20.813)</b>	<b>622.053</b>	<b>4.676</b>	<b>(206.992)</b>	<b>(54.709)</b>	<b>1.188.164</b>		

**(i)** Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 3.951.770 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 5.382; (ii) Vias do Café, adquirindo 9.723.095 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 11.915; e (iii) Infra PR, adquirindo 8.161.792 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 9.712. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 51,58% na controlada Triângulo, 58,10% na controlada Vias do Café e 51,59% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R\$ 21.837 (acionistas minoritários) e houve um ágio na aquisição no montante de R\$ 5.172, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 16 de junho de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 1.167.812 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 1.698; (ii) Vias do Café, adquirindo 923.787 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 1.209; e (iii) Infra PR, adquirindo 9.037.420 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 10.495. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 52,05% na controlada Triângulo, 58,87% na controlada Vias do Café e 53,35% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R\$ 21.624 (acionistas minoritários) e houve um deságio na aquisição no montante de R\$ 8.223, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 29 de agosto de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 1.163.677 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 1.741; (ii) Vias do Café, adquirindo 435.024 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 534; e (iii) Infra PR, adquirindo 8.826.211 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 10.550. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 52,51% na controlada Triângulo, 59,23% na controlada Vias do Café e 55,07% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R\$ 21.509 (acionistas minoritários) e houve um deságio na aquisição no montante de R\$ 8.684, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas: (i) Triângulo, adquirindo 2.259.817 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 3.515; (ii) Vias do Café, adquirindo 4.243.810 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 5.410; e (iii) Infra PR, adquirindo 8.040.130 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 9.990. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 53,42% na controlada Triângulo, 62,77% na controlada Vias do Café e 56,64% na controlada Infra PR. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R\$ 33.459 (acionistas minoritários) e houve um deságio na aquisição no montante de R\$ 14.544, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. (ii) Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia vendeu 99 ações ordinárias da controlada Iguacu, a preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Infra Lote 6. O valor contábil das ações era de R\$ (12.806) e houve uma perda (pagamento a maior) na aquisição no montante de R\$ 12.806, o qual foi registrado no patrimônio líquido da controlada Infra Lote 6. No contexto dessa transação, a Companhia registrou a sua participação na perda, no montante de R\$ 9.349 (73% na data da operação), o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 02 de maio de 2025, a Companhia vendeu 16.100.000 ações preferenciais da controlada Infra Lote 6, a preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. O valor contábil das ações era de R\$ 11.464 e houve um ganho na venda no montante de R\$ 4.638, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. No tocante das operações citadas acima, a companhia registrou um deságio em seu patrimônio líquido no montante de R\$ 8.096, enquanto o montante de R\$ 8.007 foi registrado na participação de não controladores. (iii) Em 16 de janeiro de 2024 foi celebrado um SPA (Sale and Purchase Agreement) de compra e venda de ações entre a Companhia e a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura em relação à controlada Infra PR, onde a Companhia adquiriu 24,95% das ações (63.185.875 ações), elevando sua participação societária para 50%. O montante pago pela aquisição incluiu remuneração conforme acordo de acionistas, com isso, o valor da ação contábil difere do valor efetivamente pago. O valor contábil das ações era de R\$ 62.422 e houve uma perda (pagamento a maior) na aquisição no montante de R\$ 2.715, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. (iv) No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, os acionistas das controladas Sul de Minas, Infra PR e Infra MG, via Assembleia Geral Ordinária, deliberaram a constituição de reserva de lucros com os valores de dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos nos passivos das mencionadas controladas em 31 de dezembro de 2024. Essas deliberações resultaram em um aumento de R\$ 4.676 nos investimentos da Companhia e de R\$ 88.854 na participação de não controladores no consolidado. (v) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados novos aportes de capital social na controlada Infra MG, com a inclusão de novos acionistas detentores de ações ordinárias. A transação ocasionou uma diluição da participação da Companhia nessa controlada, no montante de R\$ 54.709, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. (d) Movimentação da provisão para perda em investimentos A movimentação da provisão para perda em investimentos é demonstrada abaixo:

Controlada	2024 (Reapresentado)	Alteração de participação societária (i)	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	2025	Consolidado	
						2025	2024
Iguacu	(10.162)	12.806	-	(2.644)	-	-	-
Infra Lote 4	-	-	1	(519)	(518)	-	-
<b>Total</b>	<b>(10.162)</b>	<b>12.806</b>	<b>1</b>	<b>(3.163)</b>	<b>(518)</b>	<b>(518)</b>	<b>(794)</b>

**(i)** Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia vendeu 99 ações ordinárias da controlada Iguacu, a preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Infra Lote 6. O valor contábil das ações era de R\$ (12.806) e houve um ganho na aquisição no montante de R\$ 12.806, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia. **(e) Informações financeiras resumidas das controladas: (i) Balanço patrimonial:**

Controlada	Participação	Total do ativo	2024		Resultado das controladas	Investimento em 2025
			passivo	Capital social		
Triângulo	53,42%	1.953.946	1.574.658	250.000	379.288	153.849
Sul de Minas	50,00%	733.086	598.923	52.000	134.163	79.066
Vias do Café	62,77%	1.150.269	939.555	120.000	210.714	129.931
Infra PR	56,64%	1.213.851	377.465	5.133	836.386	613.829
Infra MG	25,05%	424.569	188.777	1.100	235.793	167.540
Infra Lote 6	75,00%	526.987	372.130	70.000	154.858	128.217
Infra Lote 4	75,00%	1	690	1	(689)	(518)
EPR Engenharia	100,00%	13.757	10.261	-	3.496	3.497
<b>Total</b>		<b>6.016.466</b>	<b>4.062.459</b>	<b>498.234</b>	<b>1.954.009</b>	<b>1.020.029</b>

As controladas possuem ações ordinárias e preferenciais não pertencentes à Companhia, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Classe de ação	Quantidade de ações	
		2025	2024
Triângulo (a)	Preferenciais A	92.397.903	100.940.979
Triângulo (b)	Preferenciais B	24.059.021	24.059.021
Sul de Minas (a)	Preferenciais A	26.000.000	26.000.000
Vias do Café (a)	Preferenciais A	44.674.284	60.000.000
Infra PR (a)	Preferenciais A	222.559.447	256.625.000
Infra MG (a)	Preferenciais A	55.000.050	27.500.050
Infra MG (c)	Ordinárias	27.445.000	-
Infra Lote 6 (a)	Preferenciais A	120.000.000	-
Infra Lote 6 (c)	Ordinárias	59.880.000	-
Infra Lote 4 (a)	Preferenciais A	50.422.500	-
Infra Lote 4 (c)	Ordinárias	50.422.500	-

**(a)** As ações preferenciais classe A possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela controlada aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da controlada, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. **(b)** As ações preferenciais classe B possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus, após o pagamento do reembolso prioritário a que faz jus as ações preferenciais classe A, à prioridade de reembolso de capital, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) por ação preferencial classe B; e (iii) farão jus ao pagamento dos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da controlada. **(c)** As ações ordinárias conferem ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). A Companhia possui opções de compra das ações preferenciais das classes A e B. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor justo dessas opções foi mensurado como zero e nenhum saldo foi reconhecido. **17. IRPJ e CSLL: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do IRPJ e a CSLL:** A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do IRPJ e da CSLL na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Controladora	2025		2024 (Reapresentado)		Consolidado
	2025	2024 (Reapresentado)	2025	2024 (Reapresentado)	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	625.838	200.202	1.523.706	768.655	768.655
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(212.785)	(68.069)	(518.060)	(261.343)	(261.343)
Ajustes para alíquota efetiva:					
Adições/exclusões permanentes	-	-	(6.157)	(437)	(437)
Equivalência patrimonial	210.423	73.266	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	12.262	2.727	2.727
Constituição (não constituição) de IRPJ e CSLL diferidos	2.362	(5.197)	(1.392)	(11.356)	(11.356)
Tributo de controladas apurado pelo lucro presumido	-	-	14.139	11.695	11.695
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(499.208)</b>	<b>(258.714)</b>	<b>(258.714)</b>
IRPJ e CSLL:					
Correntes	-	-	(419.037)	(206.491)	(206.491)
Diferidos	-	-	(80.171)	(52.223)	(52.223)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(499.208)</b>	<b>(258.714)</b>	<b>(258.714)</b>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.

Controladora	2025		2024		Consolidado
	2025	2024	2025	2024	
Saldo no início do exercício	2.127	-	123.680	2.430	2.430
(+) Adições	24.160	2.189	75.243	139.301	139.301
(+) Remensuração de contratos	27	-	6.921	-	6.921
(+) Ajuste a valor presente (Nota 32)	199	18	18.410	11.329	11.329
(-) Baixas (Nota 33)	-	-	(1.634)	-	(1.634)
(-) Pagamentos – principal	(5.088)	(80)	(37.318)	(29.378)	(29.378)
(-) Pagamentos – juros	(199)	-	(18.410)	-	(18.410)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>21.226</b>	<b>2.127</b>	<b>166.892</b>	<b>123.682</b>	<b>123.682</b>
Circulante	3.052	467	41.775	26.682	26.682
Não Circulante	18.174	1.660	125.117	97.000	97.000

No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 9,89% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (13,17% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente do Grupo totalizava R\$ 37.633 (R\$ 36.406 em 31 de dezembro de 2024), enquanto na Companhia o ajuste a valor presente totalizava R\$ 713 (R\$ 328 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:

Controladora	2025		2024		Consolidado
	2025	2024	2025	2024	
2026	-	447	-	27.913	27.913
2027	-	441	-	29.348	29.348
2028	-	499	-	40.716	40.716
2029	2.591	273	20.957	9.281	20.957
2030	2.699	-	6.024	803	6.024
2031	2.811	-	6.068	3.211	6.068
Após 2031	5.199	-	7.221	238	7.221
<b>Total</b>	<b>18.174</b>	<b>1.660</b>	<b>125.117</b>	<b>97.000</b>	<b>97.000</b>

Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 4,05% a.a. (4,96% a.a. em 31 de dezembro de 2024), similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente. <sup>4</sup> Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



EPR Participações S.A.											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Controladora	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo real (contabilizado)</b>											
Direito de uso em arrendamento											
(-) Amortização											
Passivo de arrendamento											
(-) Ajuste a valor presente											
<b>Fluxo nominal</b>											
Direito de uso em arrendamento											
(-) Amortização											
Passivo de arrendamento											
(-) Ajuste a valor presente											
<b>19. Imobilizado:</b>											
Custo do imobilizado											
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
(+/-) Adições											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
(+/-) Adições											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Depreciação acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
(-) Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
(-) Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Imobilizado líquido											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Taxa de depreciação - a.a.											
<b>20. Infraestrutura em construção:</b>											
Custo do imobilizado											
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
(+/-) Adições											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
(+/-) Adições											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Depreciação acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
(-) Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
(-) Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Imobilizado líquido											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Taxas de depreciação - a.a.											
<b>21. Intangível:</b>											
Custo do intangível											
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
(+/-) Adições											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
(+/-) Adições											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Amortização acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
(+/-) Baixas											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
(+/-) Baixas											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Intangível líquido											
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Taxa média de amortização - a.a. - 31/12/2024											
Taxa média de amortização - a.a. - 31/12/2025											
(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, praças de pedágio, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão. (b) Preço devido pela controladora Triângulo ao poder concedente em razão da delegação dos serviços públicos de exploração do sistema rodoviário, a ser destinado ao FUNTRANS - Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes, ajustado a valor presente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram capitalizados juros sobre debêntures no montante de R\$ 10.151 (R\$ 17.173 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). (c) Baixa na controlada Sul de Minas decorrente de sinistro do KM 68											
<b>22. Partes relacionadas:</b> Os saldos com partes relacionadas referem-se às transações demonstradas no quadro abaixo, que foram realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.											
<b>23. Fornecedores:</b> Os valores referem-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens relacionados a operação e infraestrutura do Grupo, bem como execução de obras na rodovia.											
<b>24. Debêntures e notas comerciais: a) Composição do saldo:</b>											
Empresa Instrumento Série/Emissão Taxas Contratuais (a.a.) Vcto Final											
Triângulo Debêntures Única/ 2ª Emissão IPCA + 7,32% ago/41											
Sul de Minas Debêntures Única/ 2ª Emissão IPCA + 8,16% out/44											
Vias do Café Debêntures Única/ 1ª Emissão CDI + 3,40% abr/26											
Vias do Café Debêntures Única/ 2ª Emissão IPCA + 8,47% mar/41											
Litoral Debêntures 2ª Série/ 1ª Emissão IPCA + 7,62% mar/49											
Litoral Debêntures Única/ 2ª Emissão IPCA + 8,20% mar/49											
Infra PR Debêntures 1ª Série/ 1ª Emissão CDI + 2,75% dez/26											
Infra MG Nota Comercial 1ª Emissão CDI + 2,50% jun/27											
Infra MG Nota Comercial 2ª Emissão CDI + 2,50% jun/27											
Iguaçu Debêntures 1ª Série/ 1ª Emissão CDI + 1,84% fev/28											
Infra Lote 6 Debêntures 1ª Série/ 1ª Emissão CDI + 1,84% fev/28											
<b>b) Movimento do saldo:</b> A movimentação das debêntures e notas comerciais é demonstrada no quadro abaixo:											
<b>25. Dívida:</b> Dívida Líquida / EBITDA Covenant, conforme cálculo previsto na escritura de emissão. (2) Conforme cálculo previsto na escritura de emissão, incluída a possibilidade de aporte de capital para complementação de ICSD que seja apurado entre 1,10x e 1,20x. b) Movimento do saldo: A movimentação das debêntures e notas comerciais é demonstrada no quadro abaixo:											
Empresa Dívida Data da Captação Montante Captação											
Litoral 2ª Emissão - Série Única out/25 450.000											
Litoral 1ª Emissão - 2ª Série nov/25 450.000											
<b>26. Dívida:</b> Dívida Líquida / EBITDA Covenant, conforme cálculo previsto na escritura de emissão. (2) Conforme cálculo previsto na escritura de emissão, incluída a possibilidade de aporte de capital para complementação de ICSD que seja apurado entre 1,10x e 1,20x. b) Movimento do saldo: A movimentação das debêntures e notas comerciais é demonstrada no quadro abaixo:											
Empresa Dívida Data da Captação Montante Captação											
Infra PR 2ª Emissão - Série Única Fev/25 260.000											
Vias do Café 2ª Emissão - Série Única mar/25 800.000											
Infra Lote 6 1ª Emissão - 1ª Série mar/25 270.000											
Iguaçu 1ª Emissão - 1ª Série abr/25 400.000											
Infra MG 2ª Emissão Nota Comercial abr/25 120.000											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

### EPR Participações S.A.

28 de fevereiro de 2028. O montante total da emissão foi de R\$ 350.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia acrescidos de spread de 1,84% ao ano. O principal e a remuneração das debêntures serão pagos em parcela única na data de vencimento. As debêntures da 2ª série, no montante de R\$ 80.000, foram integralizadas em janeiro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 39. Em 17 de abril de 2025, a controlada indireta Iguazu recebeu R\$ 400.000 referentes à integralização da 1ª série da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2028. O montante total da emissão foi de R\$ 580.000. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,84% ao ano. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento das debêntures. A 2ª série, no montante de 180.000, foi integralizada em janeiro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa nº 39. Em 20 de abril de 2025, a controlada Infra MG efetuou a 2ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real e garantia adicional fidejussória de distribuição privada, com vencimento final em 20 de junho de 2027. O montante total da emissão foi de R\$ 120.000. Sobre as notas comerciais escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia acrescidos de spread de 2,50% ao ano. O principal e a remuneração das notas comerciais escriturais serão pagos em parcela única na data de vencimento. Em 30 de outubro de 2025, a controlada indireta Litoral recebeu R\$ 450.000 referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático, com vencimento final em 15 de março de 2029. O montante total da emissão foi de R\$ 450.000. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 8,20% ao ano. Os juros das debêntures são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2021 e a última na data de vencimento das debêntures. A 2ª emissão de debêntures foi realizada nos termos previstos pela escritura da 1ª emissão de debêntures da controlada indireta Litoral e culminará no cancelamento da 1ª série da 1ª emissão de debêntures da controlada indireta Litoral. Em 05 de novembro de 2025, a controlada indireta Litoral recebeu R\$ 450.000 referentes à integralização da 2ª série da sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia adicional fidejussória, com 6 séries, para distribuição pública, sob rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, com vencimento final em 15 de março de 2049. O montante total da emissão foi de R\$ 5.550.900. As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 7,62% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e a última na data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2021 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista na escritura de debêntures. As debêntures das demais séries poderão ser integralizadas mediante o atendimento das condições precedentes descritas na escritura. **d) Amortizações de principal do exercício:** Abaixo são descritas as liquidações realizadas no exercício de 2025.

Empresa	Divida	Tipo	Data da Liquidação	Montante Amortizações de Principal	
				2025	2024
Infra PR	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	fev/25	(78.725)	
Vias do Café	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Total	mar/25	(350.000)	
Infra PR	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	mai/25	(69.375)	
Infra MG	1ª Emissão Nota Comercial	Parcial	mai/25	(56.724)	
Infra MG	1ª Emissão Nota Comercial	Parcial	jun/25	(38.964)	
Infra PR	1ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	jun/25	(15.850)	
Infra PR	2ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	jun/25	(73.398)	
Infra PR	2ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	set/25	(99.710)	
Infra MG	1ª Emissão Nota Comercial	Parcial	set/25	(24.312)	
Infra MG	2ª Emissão Nota Comercial	Parcial	set/25	(11.448)	
Infra PR	2ª Emissão Debêntures – Série Única	Parcial	out/25	(86.892)	
Infra MG	2ª Emissão Nota Comercial	Parcial	dez/25	(32.028)	
				<b>(937.427)</b>	

Em 10 de fevereiro, 13 de maio e 16 de junho a controlada Infra PR efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 1ª emissão de debêntures no montante de R\$ 163.950, finalizando a amortização da totalidade das debêntures e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. Em 28 de março de 2025, a controlada Vias do Café efetuou o pagamento antecipado da totalidade das debêntures da sua 1ª emissão de debêntures no montante de R\$ 350.000, encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. Em 13 de maio, 16 de junho e 08 de setembro a controlada Infra MG efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 1ª emissão de notas comerciais no montante de R\$ 120.000, finalizando a amortização da totalidade das notas comerciais e encerrando suas respectivas obrigações em relação a estas notas comerciais. Em 08 de setembro, 22 de dezembro a controlada Infra MG efetuou pagamentos antecipados parciais relacionados a sua 2ª emissão de notas comerciais no montante de R\$ 43.476, o saldo remanescente das notas comerciais será amortizado até junho de 2027 conforme previsto no instrumento de financiamento. Em 16 de junho, 08 de setembro e 20 de outubro a controlada Infra PR efetuou pagamentos antecipados relacionados a sua 2ª emissão de debêntures no montante de R\$ 260.000, finalizando a amortização da totalidade das debêntures e encerrando suas respectivas obrigações a estas debêntures. **e) Cronograma de pagamentos:** Abaixo é demonstrado o saldo de debêntures e notas comerciais não circulante, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
2026	-	512.225
2027	93.975	130.681
2028	779.694	31.498
2029	45.998	33.916
2030	52.703	-
2031	116.918	-
Após 2031	3.266.520	1.666.992
<b>Total</b>	<b>4.355.808</b>	<b>2.375.312</b>

**f) Covenants:** As controladas da Companhia estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas de determinados índices de restrição de endividamento (covenants financeiros), tais como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice Financeiro (Dívida Líquida/EBITDA), cujas fórmulas de cálculo estão definidas nos instrumentos de financiamento contratados. Os parâmetros devem ser cumpridos, nos termos dos instrumentos de financiamentos, para que não ocorra a aceleração do vencimento da dívida e para o destreamento de distribuições de capital adicionais das controladas, conforme aplicável. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente com a finalidade de verificação do cumprimento dos parâmetros. Em 2025, todas as controladas estão em cumprimento com relação aos covenants financeiros relacionados a eventos de vencimento antecipado. Adicionalmente, os instrumentos de financiamento contratados pelas controladas da Companhia preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) transformação do tipo societário das contratantes sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento de financiamento sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de financiamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas das debêntures. **g) Garantias:** Os instrumentos de financiamento das subsidiárias contam com garantias reais usuais de financiamento de projeto, tais como alienação fiduciária de ações das SPFs concessionárias e cessão fiduciária de direitos creditórios. Em alguns casos, os financiamentos contam também com fianças bancárias e com a garantia fidejussória da EPR Participações S.A. (aplicável integralmente no caso dos financiamentos ponte e somente em caso de término antecipado da concessão no caso de financiamentos de longo prazo). **25. Obrigações sociais:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias	3.215	1.539	17.274	9.168
Provisão de participação nos lucros	9.825	6.180	28.684	16.664
Salários e encargos sociais	1.995	1.013	9.060	5.015
<b>Total</b>	<b>15.035</b>	<b>8.732</b>	<b>55.018</b>	<b>30.847</b>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impostos sobre serviços – ISS	-	-	15.550	13.808
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ	-	-	14.918	38.857
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	10	-	11.380	9.845
CSLL sobre o lucro líquido – CSLL	-	-	11.077	17.908
Tributos federais retidos	373	72	2.580	1.568
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	4	-	2.469	2.539
Programa de integração social – PIS	2	-	2.073	2.084
IRPJ retido na fonte – IRRF	93	23	804	4.639
Outros tributos a recolher	-	-	870	-
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>95</b>	<b>61.721</b>	<b>91.248</b>
Circulante	482	95	61.464	91.248
Não Circulante	-	-	257	-

	Consolidado	
	2025	2024
Recursos vinculados (a)	76.133	33.141
Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (b)	65.949	62.390

Mecanismo de demanda – banda contratual (c)  
Verba de segurança no trânsito (d)  
Verba de fiscalização (e)  
Recurso para desenvolvimento tecnológico (f)  
**Total**  
Circulante  
Não Circulante  
(a) Conforme estabelecido no contrato de concessão, os recursos vinculados são um mecanismo de proteção da concessão mantido ao longo de todo contrato de concessão em aplicação financeira de movimentação exclusiva autorizada pelo poder concedente. O saldo é referente à obrigação de 3% (Litoral e Via Mineira) e 2% (Triângulo, Sul de Minas, Vias do Café e Iguazu) sobre a receita de serviços prestados. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 14. (b) Refere-se ao saldo a pagar da controlada Triângulo devido ao FUNTRANS – Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes nas datas de fechamento das demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa nº 1, e repactado conforme divulgado na nota explicativa nº 39. (c) O mecanismo de compartilhamento do risco de demanda é um instrumento contratual que busca mitigar os impactos financeiros decorrentes da variação do tráfego estimado. Esse mecanismo opera dentro de uma banda de variação predefinida, sendo aplicável tanto para redução quanto para aumento do tráfego (Via Mineira) e receita (Litoral) em relação aos valores de referência. Caso o tráfego real/receita tarifária acumulada fique abaixo do limite mínimo estabelecido, a controlada poderá ser compensada financeiramente. Da mesma forma, caso o tráfego/receita tarifária exceda o limite máximo, a controlada deverá compartilhar os ganhos com o poder concedente. As obrigações de investimentos e serviços da concessionária não são afetadas pela aplicação do mecanismo, que é apurado periodicamente e submetido à validação da ANTT. (d) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo mantém provisionada a verba de segurança no trânsito. Esta verba será utilizada exclusivamente para financiar programas de prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O poder concedente definirá a forma e o momento em que a controlada deverá disponibilizar os recursos anuais para a segurança no trânsito. (e) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, o Grupo deverá recolher em favor do poder concedente a verba de fiscalização destinada à cobertura das despesas de fiscalização da concessão (f) Em conformidade com as disposições do contrato de concessão, durante todo o período da concessão as controladas Litoral, Via Mineira e Iguazu deverão destinar anualmente recursos a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão. Os produtos e estudos decorrentes da aplicação dos recursos serão considerados bens da concessão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) poderá indicar temática a ser desenvolvida com os recursos para desenvolvimento tecnológico. A movimentação de credores pela concessão é demonstrada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>105.087</b>	<b>193.913</b>
(+) Custo da concessão (a)	62.633	40.008
(+) Provisão de banda contratual	6.915	811
(+) Provisão de recursos vinculados	63.245	36.440
(+) Rendimentos de recursos vinculados (Nota 14)	6.177	193
(+) Atualização monetária passivo de delegação de serviços públicos (Nota 32)	2.710	2.914
(+) Ajuste a valor presente de passivo de delegação de serviços públicos (Nota 32)	848	6.816
(-) Recebimento e atualização monetária de DUF (Nota 14)	(26.213)	-
(-) Ressarcimento de Free flow (Nota 14)	(177)	-
(-) Ressarcimento regulatório (Nota 14)	(42)	(2.950)
(-) Pagamentos e consumo de verbas	(58.824)	(172.518)
(-) Atualização monetária de ressarcimento regulatório	-	(540)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>162.359</b>	<b>105.087</b>

(a) Reconhecimento da verba de fiscalização e provisionamento da verba de segurança e do recurso para desenvolvimento tecnológico, conforme previsto no contrato de concessão das controladas. **28. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: a) Processos com perda provável:** O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, nos montantes indicados abaixo.

	Consolidado	
	2025	2024
Desapropriações (a)	19.973	-
Cíveis	306	95
Trabalhistas	155	29
<b>Total</b>	<b>20.434</b>	<b>124</b>

(a) O Grupo realizou depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias para a execução das obrigações contratuais de investimento. Os valores depositados correspondem às provisões reconhecidas, podendo haver desembolsos adicionais caso as indenizações definitivas superem os montantes inicialmente depositados. **b) Processos com perda possível:** O Grupo possui processos cíveis e trabalhistas em andamento, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam a sua contabilização.

	Consolidado	
	2025	2024
Cíveis (a)	1.262	8.785
Trabalhistas (b)	690	193
Ambientais (c)	51	-
<b>Total</b>	<b>2.003</b>	<b>8.978</b>

(a) Demandas indenizatórias fundadas em responsabilidade civil. (b) Processos trabalhistas, de menor valor individual. (c) Processos administrativos ambientais. **29. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 16 de janeiro de 2024 foi celebrado um SPA (Sale and Purchase Agreement) de compra e venda de ações entre a Companhia e a Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura em relação a investida EPR Infraestrutura PR S.A., onde a Companhia adquiriu 63.185.875 ações pelo montante de R\$ 65.137, onde houve um agio na aquisição no montante de R\$ 2.715, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia em 05 de junho de 2024. O acionista Equipav subscreveu e integralizou 2.004.000 ações ordinárias, representada por R\$ 2.004, na mesma data o acionista Perfin subscreveu e integralizou 1.996.000 ações ordinárias, representada por R\$ 1.996, totalizando R\$ 4.000, do qual R\$ 2 foi destinado ao capital social e R\$ 3.998 destinado a reserva de capital. Em 27 de julho de 2024 o acionista Voyager Participações S.A. vendeu 144.428.074 ações ordinárias para o acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Em 08 de outubro de 2024 o acionista Equipav subscreveu e integralizou 13.777.500 ações ordinárias, representada por R\$ 13.777, e o acionista Perfin subscreveu e integralizou 13.722.500 ações ordinárias, representada por R\$ 13.722, totalizando R\$ 27.500, do qual R\$ 275 foi destinado ao capital social e R\$ 27.225 destinado a reserva de capital. Em 19 de dezembro de 2024 o acionista Equipav subscreveu e integralizou 32.633.297 ações ordinárias, representada por R\$ 32.633, e o acionista Perfin subscreveu e integralizou 32.503 ações ordinárias, representada por R\$ 32.503, totalizando R\$ 65.137, do qual R\$ 652 foi destinado ao capital social e R\$ 64.485 destinado a reserva de capital. Em 26 de março de 2025, foi realizada a subscrição de 165.000.000 ações ordinárias, sendo 82.335.000 subscritas pelo acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE, e 82.665.000 subscritas pelo acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., representadas pelo montante de R\$ 165.000, o qual já havia sido aportado através de adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados nos dias 11 de fevereiro de 2025 e 28 de fevereiro de 2025. Do montante integralizado, R\$ 1.650 foi destinado ao capital social, o qual passou a ser de R\$ 73.164, e R\$ 163.350 destinado a reserva de capital, o qual passou a ser de R\$ 477.908. Em 23 de dezembro de 2025, foi realizada a subscrição de 50.350.500 ações ordinárias, sendo 25.124.900 subscritas pelo acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE, e 25.225.600 subscritas pelo acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., representadas pelo montante de R\$ 50.350, devendo ser integralizado pelos acionistas até 31 de janeiro de 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 73.164 (R\$ 71.514 em 31 de dezembro de 2024, subscrito e totalmente integralizado), conforme demonstrado a seguir:

	2025		2024	
	Quantidade de ações	RS	Quantidade de ações	RS
<b>Acionistas</b>				
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	Ordinárias	301.312.341	36.655	50,10%
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	Ordinárias	300.109.498	36.509	49,90%
<b>Total</b>		<b>601.421.839</b>	<b>73.164</b>	<b>100%</b>

**Acionistas**

	2025		2024	
	Quantidade de ações	RS	Quantidade de ações	RS
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	Ordinárias	193.421.741	35.829	50,10%
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	Ordinárias	192.649.598	35.685	49,90%
<b>Total</b>		<b>386.071.339</b>	<b>71.514</b>	<b>100%</b>

**b) Reserva de capital:** A reserva de capital é um valor reservado, com o objetivo de fortalecer a posição financeira da Companhia e garantir a continuidade das suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de capital corresponde a R\$ 477.908 (R\$ 314.558 em 31 de dezembro de 2024). **c) Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal totalizou R\$ 14.633 (R\$ 9.253 em 31 de dezembro de 2024), representado 20% do capital social. **d) Dividendos:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	625.838	200.202	625.838	200.202
(-) Consumo de prejuízos de anos anteriores	-	(15.152)	-	(15.152)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>625.838</b>	<b>185.050</b>	<b>625.838</b>	<b>185.050</b>
(-) Reserva legal (5%)	(5.380)	(9.253)	(5.380)	(9.253)
<b>Base para distribuição de dividendos</b>	<b>620.458</b>	<b>175.797</b>	<b>620.458</b>	<b>175.797</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	155.115	43.949	155.115	43.949

A Companhia apurou dividendos mínimos obrigatório de R\$ 155.115 e R\$ 43.949, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Como esses valores decorrem de resultados oriundos da equivalência patrimonial, os quais não representam realização financeira no período, a Administração destinou integralmente tais montantes à reserva de lucros a realizar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, reconheceu no passivo o montante de R\$ 98.725, que representa a realização da reserva de lucros a realizar mencionada acima. O montante foi reconhecido no passivo não circulante em função de deliberação dos acionistas que não prevê o pagamento de dividendos no exercício de 2026. **e) Reserva de lucros:** A constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 574.140 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira, principalmente para atender ao definido pelo artigo 199 da Lei 6.404 de 1976. **f) Reserva de lucros a realizar:** Refere-se a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios em conformidade com o artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 31 de dezembro de 2025 corresponde ao montante de R\$ 100.339 (R\$ 43.949 em 31 de dezembro de 2024). Dos montantes constituídos, a Companhia deve deduzir os lucros realizados e destinar como dividendos a pagar, a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do montante. **30. Receita operacional líquida:**

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receitas operacionais</b>				
Receita de serviços prestados	2.456.042	1.336.466	2.456.042	1.336.466
Receita de serviços de construção	1.426.572	1.317.235	1.426.572	1.317.235
Receitas acessórias	359	67	359	67
<b>Receita bruta</b>	<b>3.882.973</b>	<b>2.653.768</b>	<b>3.882.973</b>	<b>2.653.768</b>
<b>Deduções da receita</b>				
Tributos sobre receita de serviços prestados	(205.313)	(113.434)	(205.313)	(113.434)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.677.660</b>	<b>2.540.334</b>	<b>3.677.660</b>	<b>2.540.334</b>

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<b>Custos e despesas</b>				
Serviço de terceiros	(2.969)	(9.956)	(2.969)	(9.956)
Com pessoal	(1.826)	(2.520)	(1.826)	(2.520)
Depreciação e amortização	(1.007)	(165)	(1.007)	(165)
Seguros e garantias	-	(831)	-	(831)
Aluguéis	683	(555)	683	(555)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	-	(1)	-
Outros	(54)	(1.330)	(54)	(1.330)
<b>Total</b>	<b>(5.174)</b>	<b>(15.357)</b>	<b>(5.174)</b>	<b>(15.357)</b>
Despesas gerais e administrativas	(5.174)	(15.357)	(5.174)	(15.357)

	Consolidado		Controladora	
--	-------------	--	--------------	--

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	15.083	35	2.066.292
Aplicações financeiras (Nota 6)	-	-	1.429.036
Aplicações financeiras vinculada (Nota 7)	-	-	292.825
Contas a receber (Nota 8)	-	-	177.510
Valores a receber do poder concedente (Nota 9)	-	-	18.016
Ativo financeiro (Nota 10)	-	-	7.423
Dividendos a receber (Nota 22)	128.788	18.246	-
Partes relacionadas (Nota 22)	19.916	19.880	-
Recursos vinculados (Nota 14)	-	-	75.946
<b>Total</b>	<b>163.787</b>	<b>38.161</b>	<b>4.067.048</b>

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
6.044	-	-	6.044
3.052	12.975	5.199	21.226
<b>9.096</b>	<b>12.975</b>	<b>5.199</b>	<b>27.270</b>

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
1.871	-	-	1.871
467	1.660	-	2.127
14.775	-	-	14.775
<b>17.113</b>	<b>1.660</b>	<b>-</b>	<b>18.773</b>

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
307.526	-	-	307.526
50.831	1.089.288	3.266.520	4.406.639
124.616	117.896	7.221	166.892
100.738	61.621	-	162.359
431.432	-	-	431.432
<b>932.302</b>	<b>1.268.805</b>	<b>3.273.741</b>	<b>5.474.848</b>

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
283.452	-	-	283.452
124.616	708.320	1.666.992	2.499.928
26.882	93.551	3.449	123.682
71.135	-	33.952	105.087
15.014	94.612	-	109.626
<b>520.899</b>	<b>896.483</b>	<b>1.704.393</b>	<b>3.121.775</b>

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
12,25% 1.824	2.280	2.737	1.368
426.631	533.289	639.946	319.973
35.871	44.839	53.807	26.903
102.345	127.931	153.518	76.759
151.437	189.296	227.155	113.578

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
6.044	1.871	307.526	283.452
-	-	4.406.639	2.499.928
21.226	2.127	166.892	123.682
-	-	162.359	105.087
(15.083)	(35)	(2.066.292)	(1.792.630)

### EPR Participações S.A.

Controladora		Consolidado	
2025	2024	2025	2024
12.187	3.963	2.977.124	1.219.519
1.240.184	568.405	1.240.184	568.405
<b>1.252.371</b>	<b>572.368</b>	<b>4.217.308</b>	<b>1.787.924</b>

Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e numerários (Nota 6)	2	190	190	-
Aplicações financeiras (Nota 6)	1 (Nível 2)	14.893	14.893	35
Dividendos a receber (Nota 22)	2	128.788	128.788	18.246
Partes relacionadas (Nota 22)	2	19.916	19.916	19.880
<b>Total</b>	<b>163.787</b>	<b>163.787</b>	<b>38.161</b>	<b>38.161</b>

Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e numerários (Nota 6)	2	12.626	12.626	9.678
Aplicações financeiras e fundo de investimentos (Nota 6)	1 (Nível 2)	3.482.702	3.482.702	1.782.952
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 7)	2	292.825	292.825	97.573
Contas a receber (Nota 8)	2	177.510	177.510	101.864
Valores a receber do poder concedente (Nota 9)	2	18.016	18.016	15.049
Ativo financeiro (Nota 10)	2	7.423	7.423	-
Recursos vinculados (Nota 14)	2	75.946	75.946	33.250
<b>Total</b>	<b>4.067.048</b>	<b>4.067.048</b>	<b>2.040.366</b>	<b>2.040.366</b>

Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Formecedores (Nota 23)	2	307.526	307.526	283.452
Debêntures e notas comerciais (Nota 24)	2	4.406.639	4.406.639	2.499.928
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 18)	2	166.892	166.892	123.682
Cretores pela concessão (Nota 27)	2	162.359	162.359	105.087
Dividendos a pagar (Nota 22)	2	431.432	431.432	109.626
<b>Total</b>	<b>5.474.848</b>	<b>5.474.848</b>	<b>3.121.775</b>	<b>3.121.775</b>

Vigência		Vigência	
Início	Vencimento	Início	Vencimento
15/02/2025	28/02/2026	10/11/2023	24/02/2025
15/02/2025	28/02/2026	15/02/2024	15/02/2025
15/02/2025	28/02/2026	15/02/2024	15/02/2025
11/07/2025	11/07/2026	-	-
11/07/2025	11/07/2026	-	-

Vigência		Vigência	
Início	Vencimento	Início	Vencimento
15/02/2025	03/03/2026	03/03/2026	03/03/2025
15/02/2025	03/03/2026	15/02/2024	15/02/2025
15/02/2025	03/03/2026	15/02/2024	15/02/2025
11/07/2025	11/07/2026	-	-
11/07/2025	11/07/2026	-	-

Vigência		Vigência	
Início	Vencimento	Início	Vencimento
23/10/2025	23/10/2026	23/10/2024	23/10/2025
23/10/2025	23/10/2026	15/10/2024	23/10/2025
23/10/2025	23/10/2026	10/00	15/10/2024
11/07/2025	11/07/2026	185.000	-
11/07/2025	11/07/2026	25.000	-

Vigência		Vigência	
Início	Vencimento	Início	Vencimento
21/02/2025	28/02/2027	22/01/2024	22/01/2025
21/02/2025	28/02/2026	22/01/2024	22/01/2025
22/01/2025	28/02/2026	10.000	22/01/2024
11/07/2025	11/07/2026	185.000	-
11/07/2025	11/07/2026	25.000	-

Vigência		Vigência	
Início	Vencimento	Início	Vencimento
06/08/2025	06/08/2026	26/06/2024	24/08/2025
06/08/2025	06/08/2026	26/06/2024	24/08/2025
06/08/2025	06/08/2026	25.000	26/06/2024
11/07/2025	11/07/2026	25.000	-
11/07/2025	11/07/2026	185.000	-

Vigência		Vigência	
Início	Vencimento	Início	Vencimento
12/03/2025	12/05/2026	12/03/2025	12/05/2026
12/03/2025	12/05/2026	12/03/2025	12/05/2026
11/07/2025	11/07/2026	11/07/2025	11/07/2026
11/07/2025	11/07/2026	25.000	-
11/07/2025	11/07/2026	185.000	-

Vigência		Vigência	
Início	Vencimento	Início	Vencimento
12/03/2025	12/05/2026	12/03/2025	12/05/2026
12/03/2025	12/05/2026	12/03/2025	12/05/2026
11/07/2025	11/07/2026	11/07/2025	11/07/2026
11/07/2025	11/07/2026	25.000	-
11/07/2025	11/07/2026	185.000	-

2025; Frente de recuperação e manutenção - Do 3º ao 6º ano de concessão; e - Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço - Do 7º ano de concessão em diante. No âmbito do contrato, a controladora Triângulo assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 3.193.724, sendo R\$ 1.813.483 destinados à expansão e melhorias e R\$ 1.380.241 à constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a implantação de 353 quilômetros de acostamentos, 55 quilômetros de faixas adicionais e a duplicação de 36 quilômetros. A Companhia, conforme regras do Edital do Contrato de Concessão, detalhado na nota explicativa nº 1, também se comprometeu a pagar à FUNTRANS o valor de R\$ 446.680. Além do estabelecido acima, a controladora Triângulo também possui as seguintes obrigações: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controladora em favor do poder concedente; - Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controladora Triângulo também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controladora deverá manter, em favor da SEINFRA, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	RS
Do início do prazo do contrato até o 8º ano de concessão	146.997
Do 9º ano de concessão até o 25º ano de concessão	73.498
Do 26º ano de concessão até o final da concessão	146.997

**Sul de Minas:** A controladora Sul de Minas tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: Frente de serviços iniciais - Até o 2º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025; Frente de recuperação - Do 3º ao 6º ano de concessão; e - Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço - Do 7º ano de concessão em diante. No âmbito do contrato, a controladora Sul de Minas assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 2.008.474, sendo R\$ 1.499.371 destinados à expansão e melhorias e R\$ 509.103 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a implantação de 355 quilômetros de acostamentos, 39 quilômetros de faixas adicionais e a implantação de 1 contorno viário. Além do estabelecido acima, a controladora Sul de Minas também possui as seguintes obrigações: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controladora em favor do poder concedente; - Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controladora Sul de Minas também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controladora Sul de Minas deverá manter, em favor da SEINFRA, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	RS
Do início do prazo do contrato até o 8º ano de concessão	80.457
Do 9º ano de concessão até o 25º ano de concessão	40.228
Do 26º ano de concessão até o final da concessão	80.457

**Vias do Café:** A controladora Vias do Café tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: Frente de serviços iniciais - Até o 2º ano de concessão, escopo atingido em outubro de 2025; Frente de recuperação e manutenção - Do 3º ao 6º ano de concessão; e - Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço - Do 7º ano de concessão em diante. No âmbito do contrato, a controladora Vias do Café assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 2.575.719, sendo R\$ 1.700.653 destinados à expansão e melhorias e R\$ 875.066 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a implantação de 236 quilômetros de acostamentos, 30 quilômetros de faixas adicionais, a duplicação de 8 quilômetros e a implantação de 7 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controladora Vias do Café também possui as seguintes obrigações: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controladora em favor do poder concedente; - Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controladora Vias do Café também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controladora Vias do Café deverá manter, em favor da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais - SEINFRA, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	RS
Do início do prazo do contrato até o 8º ano de concessão	107.822
Do 9º ano de concessão até o 25º ano de concessão	53.911
Do 26º ano de concessão até o final da concessão	107.822

**Litoral:** A controladora indireta Litoral tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: Frente de trabalhos iniciais - Até o 1º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025; Frente de recuperação e manutenção - Do 2º ao 5º ano de concessão; e - Frente de ampliação de capacidade - Do 3º ao 7º ano de concessão; e - Manutenção de nível de serviço - Do 1º ao 25º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controladora indireta Litoral assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 11.038.697, sendo R\$ 6.050.835 destinados à expansão e melhorias e R\$ 4.987.862 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 350 quilômetros de pistas, a implantação de 138 quilômetros de faixas adicionais e 73 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controladora indireta Litoral também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controladora indireta Litoral em favor do poder concedente; - Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controladora indireta Litoral também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controladora indireta Litoral deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	RS
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão	610.940
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	305.470
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	610.940

**Via Mineira:** A controladora indireta Via Mineira tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, dividido nas frentes, são: Frente de trabalhos iniciais - Até o 1º ano de concessão, escopo atingido em outubro de 2025; Frente de recuperação - Do 2º ao 5º ano de concessão; e - Frente de ampliação de capacidade - Do 3º ao 7º ano de concessão; e - Manutenção de nível de serviço - Do 6º ao 30º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controladora indireta Via Mineira assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 5.159.599, sendo R\$ 2.952.778 (valor original) destinados à expansão e melhorias e R\$ 2.206.821 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 164 quilômetros de pistas, a implantação de 42 quilômetros de acostamento e 15 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controladora indireta Via Mineira também possui as seguintes obrigações: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Recursos vinculados: parcela retida da receita bruta da controladora indireta Via Mineira em favor do poder concedente; - Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); - Mecanismo de

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

continuação

demanda – banda contratual: instrumento contratual que busca mitigar os impactos financeiros decorrentes da variação do tráfego estimado. Se o tráfego exceder o limite máximo previsto na banda de variação predefinida, a controlada indireta Via Mineira deverá compartilhar os ganhos com a ANTT. A controlada indireta Via Mineira também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. No mês de dezembro de 2025, a controlada indireta Via Mineira realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.200.000, com o objetivo de captar recursos para realizar os investimentos estimados em CAPEX, assim como fortalecer a sua estrutura financeira. Não houve a liberação de recursos em 2025. Por fim, a controlada indireta Via Mineira deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R\$
Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão*	261.000
Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão	130.000
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	261.000

(\*) O valor do seguro garantia deve ser atualizado pelo índice IRT/IPCA anualmente, conforme previsto no contrato de concessão junto à ANTT. **Iguaçu:** A controlada indireta Iguaçu tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas (“frentes”). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos nas frentes, são: Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão; Frente de recuperação – Do 2º ao 5º ano de concessão; Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controlada indireta Iguaçu assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (“EVTEA”), em R\$ 18.962.740, sendo R\$ 13.269.336 destinados à expansão e melhorias e R\$ 5.693.404 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 462 quilômetros de pistas, a implantação de 31 quilômetros de faixas adicionais e 87 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controlada indireta Iguaçu também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio): Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controlada indireta Iguaçu em favor do poder concedente: Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada indireta Iguaçu também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controlada indireta Iguaçu deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R\$
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER	543.943
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER até o 27º ano de concessão	271.972
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	543.943

38. Transações que não afetaram caixa Em conformidade com o CPC 03 (R2) /IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

	2024	2025 (Reapresentado)
Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores Desapropriações (Nota 20)	(21.487)	(182.176)
Custos de debêntures e notas comerciais capitalizados na infraestrutura em construção (Nota 20 e 24)	(80.738)	(59.649)
Custos de debêntures e notas comerciais capitalizados no intangível (Nota 21 e 24)	(10.151)	(17.173)
Adições e remensurações de direito de uso/arrendamento mercantil (Nota 18)	(82.164)	(139.302)
Compensação entre saldos de mútuo a pagar e dividendos a receber (Nota 22)	12.825	-

**39. Eventos subsequentes: 39.1 Aspectos regulatórios: a) Suspensão da terceira parcela da delegação dos serviços públicos de exploração do sistema rodoviário - Triângulo:** Em 04 de fevereiro de 2025, foi celebrado o 3º termo aditivo ao contrato de concessão da controlada Triângulo. O instrumento formaliza a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, contemplando a substituição da terceira parcela cujo montante em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 65.949 (Nota 27), pela supressão e antecipação de investimentos, atualização da metodologia de recomposição do equilíbrio. Como resultado das apurações, foi reconhecido saldo de desequilíbrio econômico-financeiro no montante de R\$ 2.827, a valor presente líquido na data-base de outubro de 2021, a favor da controlada Triângulo, a ser compensado até agosto de 2026, data limite de celebração do 4º termo aditivo. **b) Protocolo para recebimento de contraprestação - Sul de Minas:** Em 28 de janeiro de 2026, a controlada Sul de Minas registrou o protocolo de conclusão do marco referente à inexistência de degrau entre pista e acostamento superior a 5 cm, para recebimento de R\$ 3.711. Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada Sul de Minas registrou o protocolo de conclusão referente à ausência total de sinalização vertical ou aérea suja ou danificada, para recebimento de R\$ 3.711. **c) Compensação de mecanismo de demanda - banda contratual - Via Mineira:** Em 19 de fevereiro de 2026, a controlada Via Mineira efetuou a compensação financeira, via recursos vinculados, referente ao mecanismo de mitigação de risco de demanda, conforme os critérios previstos no contrato de concessão, em decorrência da variação de tráfego superior ao limite de referência, no montante de R\$ 4.883. **d) Reajuste tarifário - Via Mineira:** Em 06 de fevereiro de 2025 a controlada Via Mineira realizou ajustes de 7,10% nas tarifas de pedágio, passando de R\$ 12,70 para R\$ 13,60 por eixo equivalente. **e) Início das operações - Paraná:** Em 05 de fevereiro de 2026, a controlada indireta Paraná, celebrou o “Contrato de Concessão nº 03/2025” com a Agência Nacional de Transportes (“ANTT”). Em 10 de

**EPR Participações S.A.**

março de 2026, a controlada indireta Paraná, deu início à suas atividades operacionais de inspeção de tráfego, socorro mecânico e socorro médico sem a cobrança da tarifa de pedágio, fato previsto para o ano de 2026. **f) Compromissos - Paraná:** A partir da assinatura do contrato, a controlada indireta Paraná, firmou compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas (“frentes”). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos nas frentes, são: Frente de trabalhos iniciais – Até o 1º ano de concessão; Frente de recuperação – Do 2º ao 8º ano de concessão; Frente de manutenção – Do 6º ao 30º ano de concessão; e Frente de conservação – Do 1º ao 30º ano de concessão. No âmbito do contrato, a Controlada indireta Paraná, assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (“EVTEA”), em R\$ 11.103.021, sendo R\$ 6.537.450 destinados à expansão e melhorias e R\$ 4.565.571 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 232 quilômetros de pistas, a implantação de 87 quilômetros de faixas adicionais, além de 135 acessos, 39 passarelas de pedestres (novas e remodeladas) e 2 pontos de parada de descanso. Além do estabelecido acima, a controlada indireta Paraná, também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio): Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da Companhia em favor do poder concedente: Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controlada, também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a Companhia deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

	R\$
Do início do prazo do contrato até a conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER	459.076
Da conclusão de 90% das obras de ampliação de capacidade e melhorias descritas no PER até o 27º ano de concessão	229.538
Do 28º ano de concessão até o final da concessão	459.076

**39.2 Aumento de capital social e alteração de participação societária:** Em janeiro de 2026, foram concluídos os SPAs (Sale and Purchase Agreement) entre a Companhia e os acionistas Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE e Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. em relação a controlada Infra Lote 6, onde a Companhia vendeu ações não integralizadas aos acionistas citados, sendo (i) Venda de 60.000.000 ações preferenciais classe A não integralizadas para a acionista Perfin, o montante de transação foi de R\$ 5,00 (cinco reais); (ii) Venda de 29.880.000 ações ordinárias não integralizadas para a acionista Perfin, o montante da transação foi de R\$ 5,00 (cinco reais); (iii) Venda de 30.000.000 ações ordinárias não integralizadas para a acionista Equipav, o montante da transação foi de R\$ 1,00. Por se tratar de ações subscritas e não integralizadas, nos houve ágio ou deságio a ser registrado entre os acionistas. Dado que após a operação, os percentuais que a Companhia passou a deter das ações ordinárias diminuiu, foi-se necessário realizar o registro de diluição da participação da Companhia nessa controlada, no montante de R\$ 44.237, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 07 de janeiro de 2026, foi realizada a subscrição de 25.120.001 ações ordinárias, sendo 12.534.880 subscritas pelo acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – IE, e 12.585.121 subscritas pelo acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., representadas pelo montante de R\$ 25.120, devendo ser integralizado pelos acionistas até 23 de janeiro de 2026. Em 13 de janeiro de 2026, a controlada indireta Infra Lote 6, vendeu 100 ações ordinárias da controlada EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.) ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, para a Companhia. O valor contábil das ações era de R\$ 16.138 e houve uma perda na aquisição no montante de R\$ 16.137, o qual foi registrado no patrimônio líquido da controlada Infra Lote 6 como um ágio e como um deságio na Companhia. Em 13 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a subscrição de 899 ações ordinárias na controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.), representadas pelo montante de R\$ 1,00 por ação, devendo ser integralizado até 31 de janeiro de 2026. Em 16 de janeiro de 2026, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação à controlada Infra PR, adquirindo 3.522.806 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 2.812. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia na controlada passou a ser de 57,32%. O montante pago na aquisição é mensurado com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R\$ 3.523 (acionistas minoritários) e houve um deságio no montante de R\$ 3.523, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 201.000, concluindo parcialmente a subscrição realizada pelos acionistas no dia 23 de dezembro de 2025. Em 19 de janeiro de 2026, a controlada indireta Paraná recebeu aporte de recursos financeiros de sua controladora Infra Lote 4, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 498.000, concluindo parcialmente a subscrição realizada pelos acionistas no dia 25 de novembro de 2025. Em 21 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 25.120, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas em 07 de janeiro de 2026. Em 21 de janeiro de 2026, a controlada direta Infra Lote 6 recebeu aporte de recursos financeiros, através de integralização de capital social subscrito, no montante de R\$ 170.000, concluindo a subscrição realizada pelos acionistas no dia 21 de fevereiro de 2025. Em 22 de janeiro de 2026, a controlada direta Infra Lote 6 realizou integralização de capital em sua controlada Iguaçu no montante de R\$ 336.477. Em 26 de janeiro de 2026, a Companhia realizou um contrato de compra e venda de ações referente às ações subscritas da controlada EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia S.A.), sendo vendidas 250 ações ordinárias subscritas e não integralizadas para a acionista

Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., pelo montante de R\$ 1,00 (a transação), e 249 ações ordinárias subscritas e não integralizadas para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações – IE, pelo montante de R\$ 1,00 (a transação). Por se tratar de ações subscritas e não integralizadas, não há ágio ou deságio a ser registrado entre os acionistas. Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia realizou a integralização de capital no montante de R\$ 400,00 na controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.). Em 05 de fevereiro de 2026, a Companhia emitiu uma notificação de opção de compra de ações preferenciais classe A para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em relação às controladas (i) Infra MG, adquirindo 1.301.425 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 1.523; e (ii) Infra Lote 6, adquirindo 11.485.568 ações preferenciais classe A pelo montante de R\$ 12.020. Com tal recompra de PNs, a participação da Companhia nas controladas passou a ser de 26,23% na controlada Infra MG e 29,84% na controlada Infra Lote 6. Os montantes pagos na aquisição são mensurados com base nos critérios definidos no acordo de acionistas. O valor contábil das ações foi de R\$ 14.310 (acionistas minoritários) e houve um deságio no montante de R\$ 767, o qual foi registrado no patrimônio líquido da Companhia, por se tratar de transação entre acionistas. **39.3 Dividendos a) Dividendos intermediários:** Em 13 de janeiro de 2026, a controlada Litoral Pioneiro destinou dividendos intermediários para sua controladora direta, Infra PR, no montante de R\$ 91.133, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. Em 13 de janeiro de 2026, a controlada Iguaçu destinou dividendos intermediários para sua controladora direta, Infra Lote 6, no montante de R\$ 62.000, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. Em 13 de janeiro de 2026, a controlada EPR Engenharia S.O. S.A. destinou dividendos intermediários para sua controladora direta, EPR Participações S.A., no montante de R\$ 2.960, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. Em 04 de fevereiro de 2026, a controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.), destinou dividendos intermediários no montante de R\$ 16.300, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$ 8.166 para a acionista EPR Participações S.A., R\$ 4.075 para a acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., e R\$ 4.059 para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações – IE. O pagamento ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2026. **b) Dividendos intercalares:** Em 04 de fevereiro de 2026, a controlada direta EPR Engenharia S.A. (anteriormente EPR Engenharia 4 S.A.), destinou dividendos intercalares no montante de R\$ 12.154, sendo R\$ 6.089 para a acionista EPR Participações S.A., R\$ 3.039 para a acionista Equipav Rodovias Participações e Administração S.A., e R\$ 3.026 para a acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações – IE. O pagamento ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2026. **c) Pagamento de dividendos destinados anteriormente:** Em 14 de janeiro de 2026, a Infra PR realizou o pagamento de dividendos intercalares destinados anteriormente, no montante de R\$ 91.133, sendo R\$ 4.557 pagos ao acionista EPR Participações S.A. e R\$ 86.576 pagos ao acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações – IE. **39.3 Debêntures e notas comerciais: a) Liberações de recursos de novas contratações de dívida:** Em janeiro de 2026, a controlada Via Mineira recebeu recursos relacionados à sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em três séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª e 3ª séries, no montante de R\$ 312.500 e R\$ 187.500 foram integralizadas em janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R\$ 700.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR-040/MG, com extensão de 232 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 04/2023, celebrado com a ANTT. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,45% ao ano. Os juros das debêntures serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo a primeira parcela em 15 de janeiro de 2027 e a última em 15 de julho de 2029, data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em uma parcela única na data de vencimento das debêntures. Em 16 de janeiro de 2026, a controlada Infra Lote 4 realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R\$ 300.000 foi integralizada em 16 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R\$ 111.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados a realização de aportes na EPR Paraná. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029. Em 16 de janeiro de 2026, a controlada EPR Paraná realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública em rito de registro automático. A 1ª série, no montante de R\$ 550.000 foi integralizada em 19 de janeiro de 2026. A 2ª série, no montante de R\$ 350.000, será integralizada futuramente conforme previsto na escritura de emissão. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR 272/369/376 e PR 317/182/272/323/444/862/897/986 para realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 03/2025, celebrado com a ANTT. Sobre as debêntures incorrem juros de CDI + 1,75% ao ano. Os pagamentos de juros e amortizações de principal serão realizados em parcela única na data de vencimento das debêntures, 16 de janeiro de 2029. **b) Liberações de recursos de dívidas contratadas anteriormente:** Em 21 e 22 de janeiro de 2026, as controladas Iguaçu e Infra Lote 6 receberam, respectivamente, R\$ 80.000 e R\$ 180.000 referentes à integralização das 2ªs séries das suas 1ªs emissões de debêntures. Detalhes sobre as emissões de debêntures da Infra Lote 6 e da Iguaçu constam na nota explicativa nº 24.

Conselho da administração	
Radamés Andrade Cassebe	Fernanda Bassanesi
Lucas Barbosa Rodrigues	Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro
Diretoria	
José Carlos Cassaniga	Enio Stein Júnior
<i>Diretor Presidente</i>	<i>Diretor de Relações com Investidores</i> <i>Diretor Financeiro</i>
Responsável Técnico	
Lucas de Castro Maia – Contador CRC: MG-106304/0	

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos administradores e acionistas da EPR Participações S.A., São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Representação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência dos ajustes descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios defi-

nidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 23 de março de 2026.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-027623/F

**José Antonio de A. Navarrete**  
Contador  
CRC SP-198698/0



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)